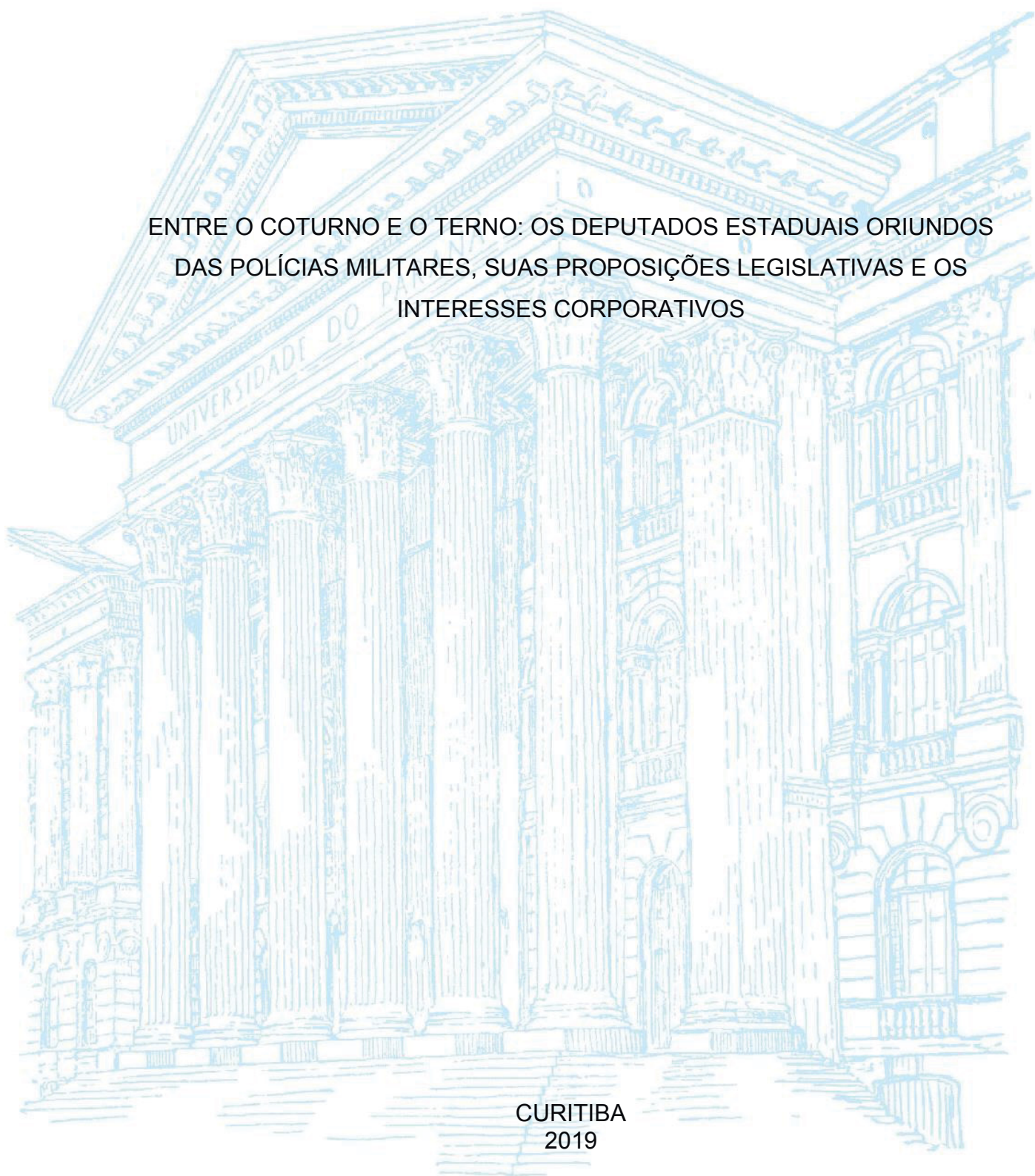


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIAS ARIEL DE SOUZA

ENTRE O COTURNO E O TERNO: OS DEPUTADOS ESTADUAIS ORIUNDOS
DAS POLÍCIAS MILITARES, SUAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E OS
INTERESSES CORPORATIVOS

CURITIBA
2019



ELIAS ARIEL DE SOUZA

ENTRE O COTURNO E O TERNO: OS DEPUTADOS ESTADUAIS ORIUNDOS
DAS POLÍCIAS MILITARES, SUAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E OS
INTERESSES CORPORATIVOS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA
2019

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Souza, Elias Ariel de

Entre o coturno e o terno : os deputados estaduais oriundos das polícias militares, suas proposições legislativas e os interesses corporativos / Elias Ariel de Souza. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

1. Policiais militares na política. 2. Deputados estaduais. 3. Poder legislativo - Brasil. I. Perissinotto, Renato M. (Renato Monseff), 1964 -. II. Título.

CDD – 320.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ELIAS ARIEL DE SOUZA**, intitulada: **ENTRE O COTURNO E O TERNO: OS DEPUTADOS ESTADUAIS ORIUNDOS DAS POLÍCIAS MILITARES, SUAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E OS INTERESSES CORPORATIVOS**, sob orientação do Prof. Dr. RENATO MONSEFF PERISSINOTTO, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 16 de Dezembro de 2019.


RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
Presidente da Banca Examinadora


EMERSON URIZZI CERVI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


FÁBILA BERLATTO
Avaliador Externo (null)

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à Ciência Política, aos pesquisadores, à Academia e aos próprios policiais militares na esperança que ela possa aumentar neles a compreensão sobre a política e que também possa levá-los à reflexões sobre o nosso país, sobre o imperativo compromisso com a democracia e sobre seu papel na construção do caminho necessário para a mudança que todos sonhamos: uma polícia cidadã em uma nação justa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Paraná e ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política nas pessoas de seus coordenadores, professores e funcionários pela maravilhosa oportunidade em poder estar entre aqueles que negam ao obscurantismo, que pregam o valor do conhecimento, o respeito às diferenças e oferecem a oportunidade de dividir conhecimentos e trabalho em favor da ciência.

Agradeço ao meu orientador, “Mestre Renato”, pela generosidade intelectual, pelo rigor científico e pela convivência prazerosa.

Agradeço a cada professor do Programa com quem tive a oportunidade de conviver neste período, a importância de todos está em despertar em mim a impressão firme e feliz de que achei um lugar, um propósito para além do que fiz durante uma vida inteira como policial militar. Cada minuto em sala de aula foi um momento *eudaimônico*, estar no lugar certo.

Agradeço em perceber o quanto a Academia está distante de todo o preconceito que dela se constrói, uma verdadeira lição de civilidade e humanidade. As polícias militares e os policiais militares têm muito a aprender com a universidade.

Agradeço aos colegas com quem dividi sala de aula, jovens que se tornaram amigos e pela juventude inspiraram-me também nesta quadra de minha vida já na maturidade. Agradeço ao meu sobrinho, Fernando Souza, acadêmico de estatística na UTFPR pela ajuda indispensável.

Grato por poder ter vivido tudo isto.

EPÍGRAFE

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Paulo Freire.

RESUMO

Após a ditadura militar de 1964 a 1985 e a consequente redemocratização, imaginava-se o fim de qualquer protagonismo militar ou policial na política nacional, todavia, nos últimos oito anos observamos a ascensão na cena política desses mesmos extratos profissionais (militares e policiais). Na comparação entre 2014 e 2018, o número de parlamentares eleitos para as Assembleias, Câmara Federal e Senado saltou de 18 para 78 parlamentares, mais que quadruplicando em apenas uma legislatura. Assim, a partir da legislatura de 2015 a 2018, decidimos observar o universo do subgrupo dos deputados estaduais egressos das polícias militares no Brasil, dado seu duplo caráter (policial e militar), no sentido de verificar: quem são estes parlamentares; o que propõem e de como os interesses corporativos das instituições policiais militares impactam em suas proposições quando olhadas a partir da experiência profissional anterior e da experiência política adquirida. Trabalhamos com a hipótese de que a análise das proposições legislativas revelará a presença de interesses corporativos. Para tanto, realizamos revisão narrativa e revisão sistemática da literatura; recorremos à base de dados do TSE e às bases de dados de recursos humanos das próprias Polícias Militares; aplicamos surveys aos parlamentares; estabelecemos banco de dados a partir de 1072 proposições legislativas de 21 parlamentares estaduais distribuídos em 14 unidades da federação e utilizamos estatística descritiva através do programa IBM SPSS, bem como, estabelecemos banco de dados com dados biográficos de todos eles. Constatamos do perfil dos deputados estaduais egressos das polícias militares que são homens de meia idade, casados com educação entre o curso superior incompleto à pós-graduação. Em relação as experiência profissional estão entre média e alta experiência, mas, são políticos experientes ou muito experientes. Sobre a proposições legislativas, o tema homenagens representa o maior volume propositivo e a segurança pública enquanto área de expertise destes parlamentares, ocupa percentuais modestos. Quanto aos interesses corporativos, os percentuais de proposições diretamente vinculadas diminuíram na medida em que cresceu a experiência política. Todavia, ficou claro que os interesses corporativos se fizeram presente para além das temáticas das proposições e dos índices das experiências. A literatura sobre produção legislativa subnacional ainda é baixa, mas, o comportamento dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares em muito se assemelha com o que a literatura já identificou sobre membros dos parlamentos estadual e federal, bem como, a profissionalização política é uma marca muito presente na maioria deles. Não obstante, investigações sobre o comportamento de policiais militares na política ainda é uma frente aberta para novas agendas de pesquisa.

Palavras-chave: Policiais militares. Deputados estaduais. Produção legislativa.

ABSTRACT

After the military dictatorship from 1964 to 1985 and the consequent redemocratization, it was imagined the end of any military or police protagonism in national politics, however, in the last eight years we have seen the rise in the political scene of these same professional extracts (military and police). In the comparison between 2014 and 2018, the number of parliamentarians elected to the Assemblies, Federal Chamber and Senate jumped from 18 to 78 parliamentarians, more than quadrupling in just one legislature. Thus, from the 2015-2018 legislature, we decided to observe the universe of subgroup from state congressmen exiting the military police in Brazil, given its dual character (police and military), in order to verify: who are these parliamentarians; what they propose and how the corporate interests of military police institutions impact their propositions when viewed from previous professional experience and political experience gained. We work with the hypothesis that the analysis of legislative propositions will reveal the presence of corporate interests. Therefore, we performed narrative review and systematic literature review; we use the TSE database and the military police own human resources databases; we applied surveys to parliamentarians; We established a database of 1072 legislative proposals from 21 state parliamentarians in 14 federal units and used descriptive statistics through the IBM SPSS program, as well as a database with biographical data for all of them. We can see from the profile of the state congressmen exiting the military police who are middle-aged men, married with education between the undergraduate degree incomplete. Regarding professional experience are between medium and high experience, but, are experienced or very experienced politicians. Regarding legislative propositions, the theme honors represents the largest propositional volume and public security as an area of expertise of these parliamentarians, occupies modest percentages. As for corporate interests, the percentages of directly linked propositions decreased as political experience grew. However, it was clear that corporate interests were present beyond the themes of propositions and the index of experiences. The literature on subnational legislative production is still low, but the behavior of state parliamentarians from the military police is very similar to what literature has already identified about members of state and federal parliaments, as well as political professionalization is a hallmark. present in most of them. Nevertheless, investigations into the behavior of military police officers in politics is still an open front for new research agendas.

Keywords: military police officers. States congressmen, Legislative production.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR NÍVEL EDUCACIONAL	39
GRÁFICO 2	- FREQUÊNCIA PERCENTUAL DOS TEMAS NA LEGISLATURA 2015 A 2018 DO CONJUNTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES	47
GRÁFICO 3	- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CONJUNTO DE TEMAS PROPOSTOS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS NO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO	52
GRÁFICO 4	- FREQUÊNCIA DOS TEMAS POR ANO DE LEGISLATURA DO CONJUNTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES.....	55
GRÁFICO 5	- DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DOS TEMAS POR PROPOSIÇÕES DIRETAMENTE VINCULADAS AOS INTERESSES CORPORATIVOS	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR PARTIDOS POLÍTICOS.....	40
QUADRO 2	- DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR ESPÉCIES LEGISLATIVAS.....	46
QUADRO 3	- DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR POSIÇÃO IDEOLÓGICA.....	51
QUADRO 4	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PELAS FAIXAS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PELO NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS	62
QUADRO 5	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PELAS FAIXAS DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA PELO NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- POLICIAIS MILITARES ELEITOS EM 2014 E 2018 POR CARGOS	16
TABELA 2	- ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS MILITARES E POLICIAIS NO BRASIL	18
TABELA 3	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES NA LEGISLATURA 2015 A 2018 POR UNIDADE FEDERATIVA E POR POSTO E/OU GRADUAÇÃO	19
TABELA 4	- TEMAS DEFINIDOS PELO AUTOR PARA AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE PARLAMENTARES ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES, LEGISLATURA DE 2015 A 2018	21
TABELA 5	- DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE VINCULAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS PARA ENQUADRAMENTO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE PARLAMENTARES ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES, LEGISLATURA DE 2015 A 2018, DEFINIDOS PELO AUTOR ..	22
TABELA 6	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS POR ESTADO CIVIL E RELIGIÃO	38
TABELA 7	- DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA POLÍTICA E A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	40
TABELA 8	- CONDIÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DA POLÍCIAS MILITARES QUANDO FORAM ELEITOS PELA PRIMEIRA VEZ E QUANDO CONCORRERAM PELA PRIMEIRA VEZ	41
TABELA 9	- DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR TEMAS EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS ATUAIS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES	51

TABELA 10	- PERCENTUAIS DE SUCESSO, PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM UNIDADES FEDERATIVAS CONHECIDENTES DE TOMIO E RICCI (2012) E SOUZA (2019)	56
TABELA 11	- FREQUÊNCIA TEMÁTICA DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLICIAIS MILITARES CONSIDERANDO A PROPORCIONALIDADE NUMÉRICA DE DEPUTADOS ESTADUAIS POR CLASSE (OFICIAIS E PRAÇAS) POR TEMAS.....	59
TABELA 12	- DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, PROPORCIONAL AO NÚMERO DE DEPUTADOS EM CADA FAIXA DE EXPERIÊNCIA COM ÍNDICE.....	63
TABELA 13	- DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA POLÍTICA, PROPORCIONAL AO NÚMERO DE DEPUTADOS EM CADA FAIXA DE EXPERIÊNCIA	64
TABELA 14	- FREQUÊNCIA DE TEMAS NO CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM RELAÇÃO À VINCULAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS	65
TABELA 15	- DISTRIBUIÇÃO DOS INTERESSES DIRETAMENTE VINCULADOS PRESENTES NAS TEMÁTICAS POR FAIXA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	68
TABELA 16	- DISTRIBUIÇÃO DOS INTERESSES DIRETAMENTE VINCULADOS PRESENTES NAS TEMÁTICAS POR FAIXA DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	DESENHO E QUESTÕES DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS E HIPÓTESE	17
2	METODOLOGIA E MÉTODOS	18
3	AS POLÍCIAS MILITARES E OS POLICIAIS MILITARES	24
3.1	POLÍCIAS MILITARES, BREVE RELATO HISTÓRICO E LEGAL	24
3.2	POLICIAIS MILITARES E O RECURSO SOCIAL	25
3.3	A SOCIALIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR	28
3.4	POLICIAIS MILITARES E O DISCURSO DE LEI E ORDEM	33
4	POLICIAIS MILITARES DEPUTADOS ESTADUAIS, QUEM SÃO?	38
5	PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DOS PARALAMENTARES	46
5.1	SIMILARIDADES E PARTICULARIDADES	46
5.2	PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E ESTRATOS DE CLASSE	58
5.3	A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA	62
5.4	OS INTERESSES CORPORATIVOS NOS TEMAS	65
5.5	INTERESSES CORPORATIVOS EXCLUSIVOS E EXPERIÊNCIAS	67
6	CONCLUSÕES	71
	REFERÊNCIAS	75
	ANEXO	83

1 INTRODUÇÃO

Após a ditadura militar brasileira entre 1964 a 1985 e a consequente redemocratização do país, imaginava-se o fim de qualquer protagonismo militar ou policial na política nacional. Todavia, nos últimos oito anos observamos a ascensão desses mesmos extratos profissionais (militares e policiais¹) o que poderia ser lido pelo avanço do processo de democratização no Brasil com o fortalecimento dos eixos poliárquicos da inclusão e da competição (DAHL, 1997), garantindo aos indivíduos oriundos das corporações identificadas com o regime ditatorial uma presença política cada vez maior.

Dado nossa memória histórica recente e a ascensão conjuntural acelerada desses segmentos profissionais na cena política nacional, trazendo a reboque discursos, senão atos, desalinhados com uma proposta democrática sólida, ao menos deveria nos intrigar. A título de exemplo, no campo eleitoral considerando apenas candidatos a deputado federal em todo o Brasil oriundos dos segmentos policial e militar, entre 1998 e 2014, “[...] o número cresceu em quase noventa por cento, passando de 120 para 209 candidatos”. (BERLATTO; CODATO, BOLOGNESI, 2015, p. 95).

Os números continuaram a crescer nas eleições de 2018. Na comparação entre 2014 e 2018 o número de parlamentares eleitos oriundos dos segmentos militar e policial em geral para as Assembleias, Câmara Federal e Senado saltou de 18 para 74 parlamentares, mais que quadruplicando em apenas uma legislatura. Isto poderia ratificar o argumento de que a experiência profissional dos agentes de segurança pública é um recurso social facilmente instrumentalizável durante campanhas eleitorais uma vez que as demandas da sociedade brasileira nesse campo tenderiam, em geral, para o reforço das formas repressivas de controle (BERLATO; CODATO, 2014, p. 02).

Tomando-se apenas os policiais militares eleitos em 2018 podemos extrair um percentual de 42% de crescimento na presença desse segmento profissional nas casas legislativas (Assembleias, Câmara Federal e Senado). A Tabela em seguida 1 nos demonstra o fenômeno nas PMs:

¹ “Militares” se refere aos membros das Forças Armadas e Polícias Militares Estaduais; “policiais” se refere aos membros das polícias de natureza civil da esfera federal e estaduais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Cíveis dos Estados).

TABELA 1 - POLICIAIS MILITARES ELEITOS EM 2014 E 2018 POR CARGOS

Eleitos no ano de 2014			
Senadores	Deputados Federais	Deputado Estaduais	Total
00	09	24	33
Eleitos no ano de 2018			
Senadores	Deputados Federais	Deputado Estaduais	Total
02	13	32	47

Fonte: elaboração própria a partir de TSE - 2018.

Podemos acrescentar ainda que dois deputados estaduais eleitos em 2014 ascenderam à Câmara Federal em 2018; dois deputados federais eleitos em 2014 foram reeleitos em 2018 e um deputado federal eleito em 2014 ascendeu ao Senado Federal em 2018 (TSE, 2019). Todavia, no que se refere à nossa ambição de pesquisa, identificamos que dos 24 deputados estaduais eleitos em 2014 oito foram reeleitos em suas unidades federativas em 2018, aqui um crescimento mais modesto em torno de 25%, abaixo da média nacional de 40% para os parlamentos subnacionais.

Não obstante o exposto, estudos atuais sobre militares e policiais na cena política nacional são exíguos e os que se dedicam a estes assuntos normalmente olham pelo espectro da corrida eleitoral e de forma agregada, ou seja, militares e policiais quando são estudados na política se faz em um mesmo contexto. Por óbvio que estes esforços intelectuais são importantes e contribuem para um avanço do conhecimento sobre o tema. No entanto, militares e policiais não são o mesmo segmento profissional. Militares se dividem em agentes federais e estaduais, enquanto policiais se dividem desde a União aos municípios com característica, lógicas e atribuições próprias.

Assim, na medida em que estudamos deputados estaduais egressos das policiais militares estaremos olhando para um subgrupo muito específico que guarda duplo caráter, são militares e são policiais ao mesmo tempo e, conhecê-los nos parece útil para futuras investigações comparativas tanto com o segmento militar quanto com o segmento policial. De mesma forma, implica também em dialogar com a produção científica no campo dos legislativos subnacionais e especialmente sobre produção legislativa subnacional que, a exemplo de militares e policiais, possui produção bastante limitada.

1.1 DESENHO E QUESTÕES DE PESQUISA

Nesta pesquisa trabalhamos com 1072 casos correspondentes a todas as proposições legislativas (unidade de observação) de 21 deputados estaduais egressos das polícias militares (unidade de análise) presentes em 14 unidades federativas na legislatura de 2015 a 2018. São duas as nossas questões de pesquisa: a) qual é a natureza da produção legislativa desses deputados e b) como os interesses corporativos se manifestam nela.

1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESE

A busca por respostas às perguntas que nos fizemos nos levará a cumprir os objetivos de: explicitar as proposições legislativas desses parlamentares de forma categorizada; observar as proposições de interesse corporativo quanto a sua relevância; estabelecer as possíveis relações das proposições legislativas com a experiência profissional anterior à entrada no parlamento e no próprio parlamento; explicitar quem são estes parlamentares e, não menos importante, contribuir para os estudos a respeito de militares e de policiais na política, bem como, para os estudos sobre legislativos subnacionais.

Do ponto de vista da hipótese de trabalho a ser testada, suspeitamos que a análise das proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares, sob diversos aspectos, revelará que os interesses corporativos se farão presente e de maneira significativa para além da passagem do tempo.

A pesquisa que agora encaminhamos será apresentada em quatro capítulos. No primeiro apresentamos nossa metodologia e as opções de pesquisa que fizemos durante o trabalho. No segundo faremos considerações sobre as polícias militares e sobre os policiais militares. No terceiro tratamos de explicitar quem são os deputados estaduais egressos das polícias militares. No quarto observamos todo o conjunto das proposições legislativas em relação às similaridades e particularidades confrontadas com a literatura, bem como, estabeleceremos as relações entre os interesses corporativos confrontados com a experiência profissional e com a experiência política para, finalmente, apresentarmos nossas conclusões.

2 METODOLOGIA E MÉTODOS

Como dissemos, os reconhecidos esforços intelectuais em curso sobre o tema, ainda que recentes, notadamente partem de análises que tendem a enxergar esses segmentos de forma agregada. Aqui, com vistas à precisão científica e para melhor compreensão, ao nosso juízo, os estudos devem ser desagregados. Neste sentido é preciso compreender que tanto o segmento militar quanto o segmento policial se dividem de forma distinta pelos três níveis federativos conforme podemos vislumbrar na Tabela 2 em seguida:

TABELA 2 - ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS MILITARES E POLICIAIS NO BRASIL

Militares		Policiais		
Federais	Estaduais	Federais	Estaduais	Municipais
Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	Polícias Militares e Bombeiros Militares dos estados	Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional ²	Polícias Militares dos estados, Policiais Civis dos estados	Guardas Municipais ³

Fonte: elaboração própria - 2019.

O segmento militar se distingue, portanto, em nível federal e estadual. Abrange nos estados federados as polícias militares que igualmente são contempladas enquanto polícias estaduais e, para além disso, elas mesmas se dividem em dois estratos internos bem marcados, oficiais enquanto dirigentes e praças enquanto executores⁴.

Como introduzimos, trabalhamos com 1072 casos como unidade de observação a partir das assembleias legislativas estaduais correspondendo ao total das proposições legislativas de 21 parlamentares egressos das fileiras das polícias militares (unidade de análise) distribuídos em 14 unidades federativas e, neste sentido é importante esclarecer que 24 deputados estaduais correspondem ao total de

² A Força Nacional é uma instituição com caráter policial a serviço e sob controle federal, formada a partir de efetivos das polícias militares e das polícias civis de todas as unidades federadas cedidos por tempo determinado.

³ As guardas municipais não são contempladas no Art. 144 da CF/88 que trata da segurança pública, todavia, o § 8º do mesmo artigo permite aos municípios a criação de guardas municipais para proteção dos próprios públicos e, a rigor, as guardas municipais efetuam de fato o policiamento ostensivo e repressivo, além disso, com muita frequência são formadas ou capacitadas pelas polícias militares estaduais.

⁴ Por ordem hierárquica decrescente: Oficiais (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente); Praças (Aspirante, Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado).

parlamentares estaduais egressos das PMs eleitos para a legislatura 2015/2018; 22 deputados estaduais correspondem ao número de deputados estaduais egressos das PMs em exercício na legislatura 2015/2018 e 21 deputados estaduais correspondem aos que possuíam dados disponíveis sobre produção legislativa e que são objeto de análise no presente estudo, obtidos na confrontação de registros do TRE com as bases de recursos humanos das polícias militares de onde são egressos. A distribuição destes parlamentares, respeitando postos e graduações, se observa a partir da Tabela 3 e no recorte temporal que corresponde a legislatura de 2015 a 2018.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES NA LEGISLATURA 2015 A 2018 POR UNIDADE FEDERATIVA E POR POSTO E/OU GRADUAÇÃO

UF	Oficiais	Praças	Quantidade
SP	02 Coronéis	-	02
MG	01 Coronel	01 Sargento, 01 Cabo	02
BA	-	01 Sargento, 01 Soldado	02
CE	01 Capitão	-	01
RR	-	01 Soldado	02
MS	-	01 Cabo	01
PE	-	01 Soldado	01
AM	-	01 Cabo	01
SE	01 Capitão	-	01
ES	-	01 Cabo	01
RO	-	01 Soldado	01
GO	01 Major	-	01
MA	-	01 Cabo	01
RJ	01 Coronel, 01 Major	02 Soldados	04
Totais	08	13	21

Fonte: elaboração própria - 2018.

Os dados que compõem esta pesquisa foram estabelecidos em dois bancos categorizados. O primeiro banco de dados que contempla as 1072 proposições

legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares foi categorizado em relação ao nome do parlamentar; ao seu partido; o estado federado onde atua; aos temas das proposições; à vinculação de interesses corporativos (diretamente vinculados, indiretamente vinculados ou desvinculados); ao ano de cada proposição; ao seu status (aprovada, reprovada, em trâmite ou arquivada) e à natureza da iniciativa propositiva (individual ou coletiva).

O segundo banco de dados foi estabelecido em relação aos dados biográficos dos deputados estaduais egressos das polícias militares. Neste banco de dados utilizamos ferramentas prosopográficas, aplicamos *surveys* e recorreremos aos dados de recursos humanos das próprias polícias militares. Os surveys foram realizados através de entrevistas por telefone e complementados, quando dados ausentes ou inicialmente não escalrecidos, por comunicação através de correio eletrônico com cada parlamentar. Este banco de dados foi categorizado individualmente em relação a cada parlamentar a partir de: indentificação pessoal (nome, idade, data de nascimento, estado civil); religião; escolaridade; ano de ingresso e ano de saída na PM; tempo total de serviço como PM; posto ou graduação hierárquica ocupada na saída da PM; ano e cargo em que concorreu pela primeira vez; ano e cargo para qual foi eleito pela primeira vez; se teve atividade representativa de classe no período de serviço ativo ou na inatividade; a quantas eleições concorreu; se mudou de partido na atual legislatura e se exerceu funções no parlamento na atual legislatura (comissão parlamentar, liderança de bancada, liderança de partido).

Do ponto de vista da sustentação teórica efetuamos duas etapas. Na primeira etapa realizamos uma revisão narrativa da literatura para sustentação da pesquisa como um todo. Em uma segunda etapa, dado que os parlamentares estaduais egressos das polícias militares propõem nos parlamentos dos estados federados, realizamos revisão sistemática da literatura sobre produção legislativa subnacional.

A análise qualitativa dos textos obtidos e que compuseram a revisão sistemática da literatura sobre produção legislativa subnacional teve leitura completa orientada para a preeensão em particular das metodologias utilizadas; das linhas de argumentos e dos resultados obtidos. Adicionalmente, procuramos identificar a abrangência de cada texto geograficamente nas distribuição por unidades federadas.

Outro passo necessário para a pesquisa foi estabelecer tipologias para enquadrar cada proposição em um tema específico. Neste sentido há duas tipologias desenvolvidas por Santos (2001) e Amorim e Santos (2003) que nos socorrem. A tipologia de Santos (2001) analisando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro é composta por nove categorias a saber: administração, segurança, homenagem, orçamento, direitos das minorias, utilidade pública, empréstimo, tributário e outros, ausentes temáticas de natureza tributária ou econômica.

A tipologia concebida por de Amorim e Santos (2003) é voltada ao Legislativo Federal composta por oito categorias: administrativo, econômico, honorífico, orçamentário, político, social, cultural-científico-tecnológico e ecológico. No nosso caso, aproveitando algumas categorias destes autores, adaptamos para enquadrar também as temáticas corporativas eventualmente presentes nas proposições dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares no Brasil, como se vê na Tabela 4:

TABELA 4 - TEMAS DEFINIDOS PELO AUTOR PARA AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE PARLAMENTARES ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES, LEGISLATURA DE 2015 A 2018

(continua)

Temas	Descrição
Carreira	Refere-se às proposições legislativas com vistas a ascensão profissional do PM.
Benefícios	Refere-se às proposições legislativas com vistas a concessão de benefícios de ordem salarial, previdenciária, assistencial e financeira ao PM.
Infraestrutura	Refere-se às proposições legislativas com vistas a infraestrutura da PM: materiais, equipamentos, edificações, ampliação e otimização de recursos humanos, bem como, refere-se às proposições legislativas com vistas a alterações organizacionais na PM.
Social	Refere-se às proposições legislativas com vistas ao grande tema da saúde pública; refere- às proposições legislativas com vistas ao grande tema da educação e outros temas de interesse social
Segurança Pública	Refere-se às proposições legislativas com vistas ao grande tema da segurança pública.
Domínio Econômico	Refere-se às proposições legislativas com vistas ao tema do orçamento público; proposições legislativas com vistas ao tema tributário; proposições legislativas com vistas ao fomento, vedação ou regulação no domínio econômico (indústria, comércio, serviços).

(conclusão)

Homenagens	<i>Refere-se às proposições legislativas com vistas a homenagens, louvores, tributos, condecorações, agraciamentos, bem como, refere-se à produção legislativa às proposições legislativas com vistas a declaração de utilidade pública etc.</i>
Administração Pública	Refere-se às proposições legislativas com vistas a atos e processos da administração pública geral, Executivo, Legislativo e Judiciário.
Outros Temas	Refere-se às proposições legislativas não contempladas com temática específica.

Fonte: elaboração própria a partir de Santos (2001) e Amorim e Santos (2003) - 2018.

Identificamos no curso da pesquisa que os temas deveriam ser relativizados em relação aos interesses corporativos. Por exemplo: como garantir que um benefício qualquer apresentado como proposição não seja extensivo? Que tal proposição não tenha sido na origem concebida para além, antes, ou também em função dos interesses das corporações policiais militares? Para tanto, examinamos cada proposição de *per si* e as enquadrámos num modelo de vinculação de interesses (conforme a Tabela 5) que qualifica as proposições de interesse corporativo.

TABELA 5 - DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE VINCULAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS PARA ENQUADRAMENTO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE PARLAMENTARES ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES, LEGISLATURA DE 2015 A 2018, DEFINIDOS PELO AUTOR

Tipo de vinculação	Descrição
Direta	Refere-se à produção legislativa exclusivamente vinculada aos interesses corporativos (da instituição PM ou de seus membros).
Indireta	Refere-se à produção legislativa vinculada de forma indireta ou residual aos interesses corporativos.
Desvinculada	Refere-se à produção legislativa sem vinculação direta ou indireta com interesses corporativos.

Fonte: elaboração própria - 2018.

Como o que pretendemos avaliar também é a experiência profissional e a experiência política, desenvolvemos um índice para cada uma delas. A experiência

profissional de cada parlamentar egresso das polícias militares se constitui do tempo de serviço ativo na polícia militar. Consideramos o máximo de tempo de serviço em 30 anos dado que este é o teto na maioria das polícias militares em tempo de permanência no serviço ativo. Assim, o menor índice de experiência profissional policial militar é de 1 ano e o maior de 30 anos de serviço. Finalmente, mensuramos a experiência profissional policial militar em três faixas: baixa experiência profissional policial militar de 1 a 9 anos; média experiência profissional policial militar de 10 a 19 anos e alta experiência profissional policial militar acima de 20 anos de serviço ativo.

O índice de experiência política foi formado a partir do número de mandados de cada parlamentar. Disso temos que as faixas de experiência política são: baixa experiência política se o mandato em estudo se trata do primeiro mandato do parlamentar; média experiência política se o mandato em estudo se trata do segundo mandato do parlamentar e alta experiência política se o mandato em estudo se trata do terceiro mandato do parlamentar em diante.

Esclarecidos os caminhos metodológicos que adotamos para a presente pesquisa, passaremos a investigar sobre as polícias militares, sobre os policiais militares deputados estaduais e sobre suas proposições legislativas.

3 AS POLÍCIAS MILITARES E OS POLICIAIS MILITARES

Antes de tratarmos da produção legislativa dos deputados estaduais egressos das polícias militares nos parece igualmente recomendável expor algumas percepções sobre as polícias militares e sobre os policiais militares, como faremos em seguida.

3.1 POLÍCIAS MILITARES, BREVE RELATO HISTÓRICO E LEGAL

Do ponto de vista da formação histórica podem-se encontrar raízes das polícias militares estaduais brasileiras a partir do período colonial. Como marco inicial do processo de formação das milícias estaduais tem-se a criação da Guarda Real de Polícia em 1809. Organização subordinada ao Ministério da Guerra e da Justiça Portuguesa, estruturada nos moldes de um exército, tratava-se de força de tempo integral com o papel de reprimir o contrabando, manter a ordem, capturar e prender escravos, desordeiros, criminosos no território brasileiro etc. (RIBEIRO, 2011, p.02).

Mudanças importantes ocorrem na estruturação destas instituições no período do Brasil Império. A subordinação passa, em 1830, para o Ministério da Justiça, momento também em que o exército passa a ceder oficiais para esta força e a Guerra do Paraguai absorve os contingentes policiais como unidades de infantaria. A República de 1889, com a consequente constituição de 1891, traz maior autonomia para os estados federados e estes, por sua vez, passam a organizar suas forças públicas com o mote de defesa dos governos do estaduais perante possíveis excessos da União.

Percebe-se que a autonomia dos estados federados possibilita a conformação de exércitos estaduais fundados na hierarquia e disciplinas militares. Notadamente, isto não passou ao largo das preocupações da União que já em 1909, através da Lei nº 1860 de 4 de Janeiro, colocava as forças estaduais como auxiliares da guarda nacional e à disposição da União, corroborada com a Lei federal nº 3216, que abriu caminho para a vinculação das polícias militares ao exército, consolidando a característica de forças auxiliares.

É nesse momento que na força pública durante a Primeira República a face militarizada e auxiliar do exército leva as polícias militares a desempenhar papéis relevantes em conflitos armados internos. Destaca-se a participação da polícia militar

baiana em Canudos; a polícia militar paulista na revolução de 1924; as polícias militares paranaense e catarinense no Contestado, bem como, o suporte da polícia militar gaúcha para a Revolução de 1930 com o fim da Primeira República.

Sob o controle de Getúlio Vargas e o Estado Novo, dado a participação da polícia militar de São Paulo na Revolta Constitucional de 1932, vemos começo da centralização das forças estaduais no Governo Federal onde passam a serem definidas, para além de auxiliares, como forças reservas do exército destinadas para a segurança interna e para a manutenção da ordem. Com o fim do Estado Novo e a nova constituição de 1946, a União solidifica a autonomia em legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, sua convocação e mobilização. Assim, as organizações militares dos estados passam a viver aquarteladas (RIBEIRO, 2011, p.04).

As polícias militares à luz da história recente, na ditadura militar havida entre 1964 a 1985, prestaram-se também para a sustentação do regime. Período onde o controle do exército sobre as instituições se sedimenta definitivamente inferindo desde a formação dos efetivos, logística, até os próprios padrões doutrinários e filosóficos fundados na manutenção da ordem estabelecida.

Mais para o presente, a redemocratização e a Constituição de 1988 trouxe o papel das polícias, inclusas as polícias militares, para o campo da segurança pública, todavia, manteve-se no texto constitucional o caráter militar destas últimas e sua destinação para também operarem como forças reservas e auxiliares do exército. Feito este sobrevoo histórico, trataremos da profissão policial militar e de suas particularidades como veremos em seguida.

3.2 POLICIAIS MILITARES E O RECURSO SOCIAL

Interessante notar que no que se refere aos segmentos militares ou das polícias, independentemente do tempo em que um agente político egresso desses estratos se encontra distante da sua origem profissional, mantém quase que na totalidade, especialmente quando olhamos para cargos legislativos, suas identidades profissionais que se manifestam como identidades sociais. Assim, toda sorte de senadores, deputados e vereadores nominados como delegado fulano, capitão cicrano, soldado tal, sargento tal e assim por diante.

Deste modo, invocando uma leitura weberiana, ao se pensar em vocação política, de pronto surge a necessidade de enquadrar policiais militares agentes políticos dentro de tipos ideais e a conseqüente inquietação que se segue se a pretensão política se dá na concepção de "viver da política" ou "viver para a política". (WEBER, 1992, p.105).

No contexto das profissões, ainda em Weber (1992), invocamos também a "natureza social" no sentido de que existem profissões propícias à atividade política e assim haveria que se tentar entender se a profissão policial militar se enquadra ou não neste parâmetro. Seja como for, "[...] profissões constituem uma variável estratégica no estudo de elites políticas, seja pelo que ela pode revelar sobre os recursos extra políticos mobilizáveis pelos agentes, seja pelo que ela diz sobre o mundo político em que estes atuam". (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014, p. 350).

Como introduzimos, reforçaria o argumento da atividade policial militar como variável explicativa o fato de que a experiência profissional dos agentes de segurança pública é um "recurso social" facilmente instrumentalizável durante campanhas eleitorais uma vez que as demandas da sociedade brasileira nesse campo tendem, em geral, para o reforço das formas repressivas de controle social (BERLATO; CODATO, 2014). "Recurso social" aqui podendo também ser interpretado psicologicamente como um recurso pessoal que se constitui de fontes internas (habilidades, conhecimento, experiência e interesses) e de fontes externas (rede social, relacionamentos) que socialmente é reconhecido e por isso pode ser instrumentalizado politicamente. Psicologicamente, o termo recurso social pode ser equalizado como recurso pessoal abrindo uma boa perspectiva explicativa.

Em se falando de recurso social, no conceito de "capital social" surgido a partir da Teoria da Ação do sociólogo francês Pierre Bourdieu, temos: "[...] um conjunto de recursos atuais e potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis". (BOURDIEU, 2003 p. 67).

Desta forma é razoável entender que o recurso social de policiais militares, funda-se na própria categoria profissional que agrega e identifica todos seus componentes. Categoria esta que possui propriedades comuns a todos seus membros como a diferenciação social e legal, bem como, proporciona relações utilitárias como por exemplo aquelas presentes no alto espírito corporativo.

Certamente, por conta do conceito de capital social em Bourdieu estar na vinculação a um grupo, a associação com recurso social poderia enfraquecer-se dado que não se pode afirmar que policiais militares se candidatam e se elegem representando a categoria profissional ou sob os auspícios dela, ou seja, que o capital coletivo da classe policial militar, da classe de subordinados e comandantes, foi efetivamente individualizado na figura de um deles.

Há que considerar-se que se assim não o fossem, que não agregassem um capital coletivo, seguiria o sociólogo dizendo que: “[...] o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”. (BOURDIEU, 2003, p. 67). Assim, estaríamos no esforço de buscar as redes de relações dos policiais militares e os capitais que conseguem mobilizar e não há como negar-se em tempos de demanda por um Estado mais repressivo, que o capital simbólico de um policial militar então seja o lastro do recurso social instrumentalizável politicamente:

O capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Em considerarmos a sociedade brasileira demandando por mais segurança na medida da percepção do crime como algo de grave enfermidade social endêmica, da noção de “sitiamento” do cidadão comum, afloram perspectivas apocalípticas e a urgência de uma resposta reativa materializada na visão da “necessária” e “inevitável” “guerra contra o crime”.

Há neste contexto então uma luta no sentido de imporem-se visões de mundo, de imporem-se verdades sociais que possam trazer a equação da violência difusa a bom termo. Nesta luta, por consequência, os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital, ou seja, proporcional ao reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 2003, p. 145).

Nesta perspectiva há o reconhecimento do policial militar para além de promotor da segurança pública, mas, como ponta de lança na visão de um Estado mais forte, como soldado na luta travada na “guerra contra o crime”. Isto tudo é tão marcante que, de forma espantosa e absurda, autoriza hoje um saudosismo por parte

de setores da sociedade pelo regime de exceção política ainda presente dolorosamente em nossa memória coletiva.

Uma vez finda nossa tentativa em dar ao recurso social da profissão policial militar uma determinada fundamentação teórica, nos parece útil buscar-se elementos que ponham os policiais militares na dimensão de sua socialização, como veremos.

3.3 A SOCIALIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

Uma vez que sustentamos o recurso social da profissão policial militar tratar-se de um capital simbólico, necessário agora entender o agente, o policial militar na dimensão de sua socialização enquanto processo pelo qual se faz integrado à sociedade.

Aqui, especificamente, para além da socialização em caráter geral, nos interessa a socialização que ocorre a partir da profissão, de como é socializado o policial militar a partir da instituição policial militar, ou seja, como se dá a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 145).

Neste sentido, a carreira policial militar acaba por dividir a classe em dois segmentos básicos: as praças (denominação para os estratos executores) compreendido de soldados à suboficiais e que conformam a maioria dos efetivos e os oficiais (denominação aos estratos dirigentes, supervisores, planejadores, os comandantes). Tal diferenciação implica em perspectivas diferentes vez que variações no contexto institucional, dependendo de categorias e tarefas, refletem no compromisso, no treinamento, havendo sistemas diferenciados de socialização orientada para diferentes exigências (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 153) o que vai implicar, no limite, também nas opções políticas.

Berlato e Codato (2014) ao estudarem os candidatos a deputado federal oriundos das forças de segurança observaram que além das diferenças entre estratos na própria estrutura da polícia militar, o que por si só implicaria em socialização profissional distinta no seio da instituição e que guardaria também diferenças no mundo externo, a orientação política dos candidatos necessitaria também observação acurada dado que, se surpreendeu naquele estudo o crescimento de candidaturas de policiais militares, mais surpreendente ainda foi o surgimento, a partir das eleições de

2006, de candidatos policiais por pequenos partidos de esquerda (BERLATO; CODATO, 2014, p. 9).

Ainda que eleitoralmente se possa eventualmente observar distinções ideológicas nas opções políticas de policiais militares, há de outro lado também algo de totalizante na socialização deles. No sentido de explorar este aspecto poderíamos invocar o auxílio de Goffman (1974) na sua descrição das chamadas “Instituições Totais⁵”. Para Goffman a instituição se define como local de residência e trabalho de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período no tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974, p.11).

Por certo Goffman (1974) traduziu tal conceito tendo em mente instituições como manicômios, conventos, quartéis e prisões. Aqui, a partir do conceito de Goffman, há que se pensar se aplicável a uma instituição como a polícia militar. Guardadas as limitações conceituais, uma instituição total se caracteriza, entre outros aspectos, por algumas premissas: habitar, trabalhar e dormir num mesmo ambiente; existência de um grupo dirigente e um grupo subordinado e fechamento ao meio externo.

Explorando estas premissas primeiramente quanto à incorporação da base da instituição, os soldados, o período de formação implica num regime de semi-internato, a disponibilidade é quase que total. Passam a dividir alojamentos nos centros de formação das unidades das polícias militares; efetuam diariamente juntos suas refeições; dado ao processo de escalas de serviço internas presentes e componentes desde o processo de formação, em boa parte dormem no mesmo ambiente.

No processo de formação dos estratos subordinados em nível de ascensão de carreira, vale dizer, cursos de formação de cabos e sargentos, o processo se repete

⁵ Segundo GOFFMAN as instituições totais de nossa sociedade podem ser, grosso modo, enumeradas em cinco grupamentos. Em primeiro lugar há as instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo, locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra. Em quarto há as instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho. Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros.

nos centros de formação e aperfeiçoamento profissional em ritmo semelhante à de formação dos soldados.

Já na formação de oficiais o processo é mais incisivo. Os alunos das academias policiais militares que formam os estratos gerenciais ingressam em regime de internato, vale dizer, habitar, trabalhar, estudar e comer no mesmo ambiente todos os dias, exceto folgas eventuais nos finais de semana.

No que se refere à existência de dois grupos distintos, um dirigente e um subordinado, não resta dúvidas da existência desta configuração nas polícias militares. Em que pese haver distinções de graduações e responsabilidades entre os diversos degraus da hierarquia no estrato das praças, bem como, diversos degraus hierárquicos no estrato dos oficiais, em regra, aos estratos subordinados cabe à execução e aos oficiais a administração, comando e controle estando a polícia militar, portanto, em harmonia com uma instituição total onde as decisões são exclusividade da classe dirigente e, entre estas duas classes básicas, oficiais e praças, acaba por haver uma percepção do outro através de estereótipos limitados e hostis (GOFFMAN, 1974, p.19).

Em relação ao mundo externo, apesar das unidades da polícia militar (também nominadas como quartéis) não serem absolutamente vedadas visto a característica de serem também órgãos de atendimento público, não há de fato um livre trânsito do mundo externo nelas. Não obstante mudanças, ainda que tímidas, na relação das polícias militares com a sociedade civil, os quartéis das polícias militares guardam sim certo fechamento para a sociedade.

No sentido deste fechamento, de um mundo apartado, longe de qualquer digressão de sentido maniqueísta ou de conteúdo moral, as polícias militares guardam em si, como base de organização, filosofia, visão de mundo e ainda, em certa medida metodologias de ação e princípios próprios de militares, ou seja, a valorização máxima dos postulados da hierarquia e da disciplina militares. Implica, indiscutivelmente, seja pelo conteúdo histórico de força de combate, seja pela participação repressora no período de ditadura, seja ainda pela atual conotação constitucional de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro uma tendência nelas de olhar, agir e se relacionar a partir da lógica militar.

À parte das críticas passíveis de serem feitas à realidade brasileira, em verdade, as atuais polícias preventivas advêm de dois grandes ramos: o francês, cujo

modelo “*gendarmérie*”⁶ tem organização e status militares, e o inglês, idealizado por Sir Robert Peel⁷, de estrutura militar, embora com estatuto civil, modelo este transplantado para os Estados Unidos da América. Ou é um, ou é outro. Não há um terceiro modelo (VALLA, 2002, p.03).

No contexto de realidade brasileira resta pensar se o modelo que temos atende às expectativas da sociedade, se o duplo caráter (militar e policial) produzem agentes públicos e práticas públicas que se adequem a uma pretensão democrática particular. Assim, se indiscutíveis tais implicações de duplo caráter para além de raciocínios de ordem moral, indiscutível também que o civil incorporado em qualquer classe da polícia militar passa por um processo de socialização secundária e de mortificação do eu, de transformação em um novo indivíduo como diria Goffman (1974).

Neste processo, valores policiais e valores militares se incorporam na formação do oficial ou da praça. Torna-se um policial vinte e quatro horas por dia, está fardado, age e pensa pelo prisma do Estado, do perigo, da segurança e, eventualmente, pela lógica do inimigo. Os valores, as crenças, as ideologias presentes nas leis, regulamentos, costumes e tradições das polícias militares vão sendo

⁶ *Gendarméri* ou Gendarmeria (homens de armas) trata-se de uma força militar encarregada da realização de funções típicas de polícia no âmbito da sociedade civil. Surge na Revolução Francesa em consequência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na perspectiva de que a segurança seria um direito natural e imprescindível e para preservá-lo seria necessária a existência de uma força pública. O modelo francês de polícia está presente nos países baixos, Portugal, Itália, Espanha, Chile entre outros.

⁷ Robert Pell foi político e administrador público britânico do século 19. Foi duas vezes primeiro ministro, 1834 a 1835 e 1841 a 1846. Responsável por inúmeras reformas e políticas públicas nas áreas da legislação criminal, prisões, polícia, estruturas fiscal e econômica britânicas. Pensou e ajudou a implantar a nova polícia metropolitana inglesa baseada em nove princípios: 1) A missão fundamental para a polícia existir é prevenir o crime e a desordem; 2) A capacidade da polícia para exercer as suas funções está dependente da aprovação pública das ações policiais; 3) A Polícia deve garantir a cooperação voluntária dos cidadãos, no cumprimento voluntário da lei, para ser capaz de garantir e manter o respeito do público; 4) O grau de cooperação do público pode ser garantido se diminui proporcionalmente à necessidade do uso de força física; 5) A Polícia não deve se manter (criar prestígio e autenticidade) apenas com prisões, não preservando assim o favor público e abastecendo a opinião pública, mas pela constante demonstração de absoluto serviço abnegado à lei; 6) A Polícia usa a força física na medida necessária para garantir a observância da lei ou para restaurar a ordem apenas quando o exercício da resolução pacífica, persuasão e de aviso é considerado insuficiente; 7) A Polícia, em todos os tempos, deve manter um relacionamento com o público que lhe dá força à tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia, a polícia é formada por membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral aos deveres que incumbem a cada cidadão, no interesse do bem-estar da comunidade e a sua existência; 8) A polícia deve sempre dirigir a sua ação no sentido estritamente de suas funções e nunca parecer que está a usurpar os poderes do judiciário; 9) O teste de eficiência da polícia é a ausência do crime e da desordem, não a evidência visível da ação da polícia em lidar com ele.

assimilados de tal forma que o status social de seu "antigo mundo", a sociedade mais ampla, cede lugar a um novo status, o de militar (SILVA, 2002, p.30).

Parece-nos certo que a socialização profissional dos policiais militares produz um novo elemento, um novo cidadão policial militar. Parece-nos também óbvio que tal formação implica em distensões internas nas instituições policiais militares, implica em discussões com as expectativas de setores da sociedade, implica num certo conflito de identidade institucional, mas, implica, sobretudo, numa construção totalizante da identidade policial militar.

A socialização retrata uma visão de mundo, em como se enxerga e de como é enxergado. Nesta esteira, começando pela sociedade em geral, ou seja, de como o policial militar é visto, dados constantes do estudo SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social) divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2012, fruto de pesquisa realizada em 3.775 domicílios em 212 cidades do Brasil, revelou que a maioria dos brasileiros considera o trabalho feito pela Polícia Militar lento ou ineficiente (SISP/IPEA, 2012).

De acordo com a pesquisa, 53,3% dos entrevistados disseram que as polícias militares não atendem de forma rápida e eficiente. Segundo o estudo, apenas na região Sul porcentagem negativa da avaliação equivale a menos da metade dos entrevistados (48,2%). Já no Norte e no Nordeste, o índice ultrapassa a média nacional: 62,6 e 57,6%, respectivamente. Na mesma pesquisa quando questionados se a Polícia Militar aborda as pessoas de forma respeitosa nas ruas a população em média de 53,6 % disse considerar a abordagem desrespeitosa (SIPS/IPEA, 2012).

Do outro lado, estudo realizado por Paulo Rogério Meira Menandro e Lídio de Souza do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento/Universidade Federal do Espírito Santo em 1996, com cem policiais militares do sexo masculino, com idade predominando na faixa entre 26 e 35 anos, da classe das praças da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo revelaram dados interessantes.

Naquele estudo evidenciou-se que: a vocação e/ou gosto pelo militarismo foram apontadas por 48% dos PMs como motivos de seu ingresso na corporação, enquanto 26% citaram o desemprego; quanto a percepção da importância social do trabalho, quase a totalidade dos participantes (99%) indicaram que o trabalho do policial é importante para a sociedade, mas apenas 24% deles responderam que a sociedade reconhece esta importância, evidenciaram a inequívoca percepção do fato

de serem vistos de forma negativa como profissionais (MENANDRO; SOUZA, 1996, p. 136).

Segue a pesquisa revelando que sobre a avaliação do trabalho policial pela população apenas 25% dos participantes revelaram achar que a população vê o trabalho do policial como sendo bem feito. Grande parte dos policiais da amostra além de perceber a visão negativa da sociedade a respeito de sua atividade, ainda percebem adicionalmente que seu trabalho é visto como mal feito, ineficiente. Esta sensação de inutilidade, de ineficiência no trabalho é creditada à Justiça que “atrapalha, liberando os detidos com rapidez” (79%), e à inexistência de penalidades severas, como a pena de morte (68%) (MENANDRO; SOUZA, 1996, p. 137).

Finalmente, entre outras revelações da referida pesquisa, quando perguntados sobre o tratamento diferenciado grande parte dos participantes (71%) revelou ser tratada de maneira especialmente respeitosa por parte de pessoas da comunidade em geral, apenas pelo fato de serem policiais (MENANDRO; SOUZA, 1996, p. 137-138).

Como concluem os autores da pesquisa a visão negativa a respeito do profissional policial convive com um relacionamento respeitoso no trato direto de muitos cidadãos com o policial, ainda que a natureza deste respeito deva ser necessariamente explicada.

Portanto, a experiência de pertencer a uma instituição sobre a qual se reconhece que é vista de forma negativa, contrapõe-se uma experiência pessoal satisfatória de merecer respeito, de ser e atuar enquanto autoridade, como assim foi socializado institucionalmente e atuando em uma sociedade que faz eco aos discursos por lei e por ordem, como veremos em seguida.

3.4 POLICIAIS MILITARES E O DISCURSO DE LEI E ORDEM

Chegamos até este ponto partindo de uma análise histórica e assumimos a profissão policial militar como um recurso social instrumentalizável para efeitos do mundo político, bem como, passamos pela sua socialização. Agora há que se entender como este capital se forma. Trata-se a partir de uma visão de campos sociais, procurar interações no campo de onde surgem, o campo da segurança pública ou o campo específico do microcosmo das polícias militares em relação à sociedade como um todo.

Por óbvio que condições conjunturais próprias interferem na questão política, questões próprias de determinado momento histórico onde ideias-força possam influenciar em demandas de parcelas da sociedade, como ensina Bourdieu:

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu nomos se tornar o nomos universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (BOURDIEU, 2011, p.203).

A partir da noção que conjuga determinado momento histórico e ideias-força de mobilização é que acreditamos como a profissão policial militar se instrumentaliza politicamente. Vale dizer, em determinados setores da sociedade onde a percepção do crime se torna endêmica, uma questão de guerra, a proposta repressiva ou do combate a ser travado simbolicamente traduzido na figura de um policial militar tem ressonância.

No mesmo sentido, considerando uma perspectiva de senso comum, há atualmente na sociedade brasileira uma franca demanda por segurança pública. Para além de qualquer discussão do fenômeno criminológico em toda a sua extensão e complexidade, há, por certo, uma percepção gravosa da violência, assim, a possibilidade de discursos no sentido de resolução do problema fazerem-se atrativos. Mas, a percepção é correta, é coerente?

Poderíamos dizer que no Brasil a violência remonta desde seu período colonial notadamente no processo da escravidão. A violência prossegue no Império pela repressão às históricas revoltas regionais; a República não se fez diferente pelas fratricidas revoluções e o período da ditadura militar e entre a década de 60 a meados da década de 80, não esteve livre de processos violentos, muito ao contrário, enredado na violência estatal.

Particularmente a partir da década de 70, numa combinação do crime político com a criminalidade comum, surge a figura da criminalidade organizada e a violência passa a ser percebida de forma mais acintosa nos centros urbanos dado a característica dos processos criminosos estarem ligados geograficamente a regiões de maior fluxo financeiro e, não por acaso, regiões que passam a abrigar periferias pobres e receber a repercussão midiática da atividade criminosa e do crime.

De toda sorte, a percepção da violência difusa e urbana não é sem sentido. O Brasil faz registro, por exemplo, de taxa de homicídios desde 1980 através do Sistema de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde que aponta que o Brasil registrou em 2018 uma cifra de 51.589 assassinatos. Ainda que represente uma avanço na redução de 13% em relação à 2017, o número é brutal representando uma taxa de mortes de 24,7% por 100 mil habitantes.

Tão grave quanto taxas de homicídio outro dado importante a ser considerado neste processo de percepção da violência é o encarceramento. O Mapa do Encarceramento produzido pela Secretaria Geral da Presidência da República aponta que entre 2005 e 2018 a população carcerária brasileira saltou de perto de 297 mil presos para perto de 687 mil, revelando que o Brasil claramente adotou uma política penal e carcerária nos últimos anos, política de Estado Penal e Carcerário, significando que está em curso o fenômeno do hiperencarceramento, mas, há que se perguntar: é uma exclusividade brasileira, há raízes externas neste fenômeno?

Loïc Wacquant, sociólogo francês contemporâneo, defende na obra “As Prisões da Miséria” que o incremento da penalidade e encarceramento foi instituído a partir da doutrina neoliberal da década de 1980. Tal proposta pretendeu remediar com um “Estado policial penitenciário” o encolhimento do “Estado econômico e social” que seria a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p. 04), e complementa:

Isso é dizer que a alternativa entre o tratamento social da miséria e de seus correlatos – ancorado numa visão de longo prazo guiada pelos valores de justiça social e de solidariedade e seu tratamento penal- que visa às parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânicos orquestrados por uma máquina midiática fora de controle, diante da qual a Europa se vê atualmente na esteira dos Estados Unidos, coloca-se em termos particularmente cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como o Brasil e seus principais vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai e Peru (Wacquant, 2001, p. 04).

Parece-nos de clareza inegável o raciocínio de Wacquant. Na década de 1980 é que surge, a partir de Nova York nos Estados Unidos, a teoria base do Estado Penal, a teoria “Broken Windows⁸”, que vai fundamentar a doutrina da “Tolerância Zero”

⁸ Formulada em 1982 por James Q. Wilson (papa da criminologia conservadora) e George Kelling: adaptação do ditado popular “quem rouba um ovo, rouba um boi”, “lutando passo a passo contra os pequenos distúrbios cotidianos é que se faz recuar as grandes patologias criminais”.

espalhada pelo mundo através do ex-prefeito da cidade, Rudolph Giuliani, que passou a servir como um verdadeiro embaixador mundial pregando o mantra da solução do crime através da experiência americana.

Basicamente a ideia americana implicava em refrear o medo das classes médias e superiores, motivados em grande parte pela adesão de mídias populares, por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos. Usaram para isso três meios: aumento em dez vezes dos efetivos e dos equipamentos das brigadas, restituição das responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados, e um sistema de radar informatizado que permitiu a redistribuição contínua e a intervenção quase instantânea das forças da ordem, desembocando em uma aplicação inflexível da lei sobre delitos menores tais como a embriaguez, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes e simples ameaças (WACQUANT, 2001, p. 16).

Segundo o estudo de Wacquant o processo de encarceramento gerou um impacto financeiro gigantesco ao Estado Americano na manutenção de uma população carcerária crescente em proporções formada especialmente por estratos excluídos, minorias e pobres, reintroduzindo o trabalho desqualificado em massa no seio das prisões. Assim, dado o encolhimento do Estado Social com a desregulamentação do trabalho e o trabalho imposto aos pobres fora da prisão, seria lógico impô-lo também aos pobres "de dentro".

Ainda, outro método para diminuir o custo assombroso da transição do Estado Social para o Estado Penal estendeu à justiça a ideologia da mercantilização que guiou o endurecimento dos programas de assistência aos pobres, privatizou o encarceramento e culminando com o ressurgimento e prosperidade da indústria privada carcerária mantida por uma mão de obra permanente e autossustentável pelo próprio sistema (WACQUANT, 2001, p. 16).

Guardadas as diferenças daqui e de lá, não se pode negar que o Brasil se viu contaminado, como boa parte do mundo ocidental, pela doutrina de Estado penal e carcerário. Os dados domésticos, como vimos, revelam que seguimos no mesmo rumo, da hiperinflação carcerária. A experiência da privatização ainda é tímida no Brasil, mas, existe e mostra fôlego para crescimento, apesar disso, a experiência americana reflete aspectos de brutal semelhança com o Brasil, a dizer: o encarceramento seletivo social.

Neste cenário de um discurso de Estado Penal e Carcerário inegavelmente presente no Brasil, a perspectiva de endurecimento das forças de repressão em consonância com a percepção social da violência crescente potencializada pela publicitação constante da própria violência, torna o profissional policial militar atrativo como alternativa ao “estado de caos” presente no medo das classes médias e superiores, como referenciou Wacquant (2001).

Surgem neste cenário à necessidade de personalidades, heróis, ou quase celebridades que repercutam midiaticamente o discurso da repressão, da guerra, do combate, e aí, talvez, a ascensão de militares e policiais na política nacional poderia encontrar respostas.

De toda forma, se não temos todas as respostas ainda para este fenômeno contemporâneo do crescimento de militares e policiais na política, procuraremos a partir dos próximos capítulos, nos limites que propusemos à nossa pesquisa, entender quem são os deputados estaduais egressos das polícias militares. Tentaremos também encontrar algumas pistas da atuação política deles nos estados federados olhando para suas proposições legislativas e de como esta atuação representa ou não interesses corporativos.

4 POLICIAIS MILITARES DEPUTADOS ESTADUAIS, QUEM SÃO?

Como atestamos anteriormente, estudos sobre legislativos estaduais são exíguos de forma geral, portanto, não estranhamos a ausência de produção sobre o perfil dos parlamentares estaduais brasileiros, mas, em uma tentativa de comparação por aproximação, com todas as restrições que se possa fazer em relação à objetos diferentes, poderíamos pensar nas análises seguintes a partir também do perfil dos deputados federais que contam com literatura mais robusta.

Procuraremos em seguida demonstrar os dados biográficos que sistematizamos a partir de blocos. Primeiramente, os parlamentares são exclusivamente homens divididos enquanto estratos de classe em 08 deputados estaduais oficiais e 13 praças.

A presença absoluta de homens na unidade de análise não surpreende até por conta de as polícias militares serem marcadamente compostas por este gênero. Segundo pesquisa de 2011 sobre o perfil das instituições de segurança pública no Brasil (FIGUEIREDO E NEME, 2013), a composição feminina das polícias militares e dos bombeiros era apenas de 7,2% e 7,9%, respectivamente.

Não surpreende também que assim se repita politicamente nos assentos dos legislativos estaduais porque é provável que a exclusão de mulheres nos mais diversos campos sócio profissionais crie obstáculos para que se projetem socialmente a ponto de acumular capital social passível de conversão em capital político (ARAÚJO, 2013, p. 7). Da mesma forma, dado que as praças constituem o extrato operacional das polícias militares e os oficiais seu estrato dirigente, a distribuição neste sentido guarda certa lógica numérica.

Ao analisarmos os perfis em relação à religião declarada e o estado civil desses parlamentares, temos que maioria os deputados são casados e cristãos, conforme Tabela 6 a seguir:

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR ESTADO CIVIL E RELIGIÃO

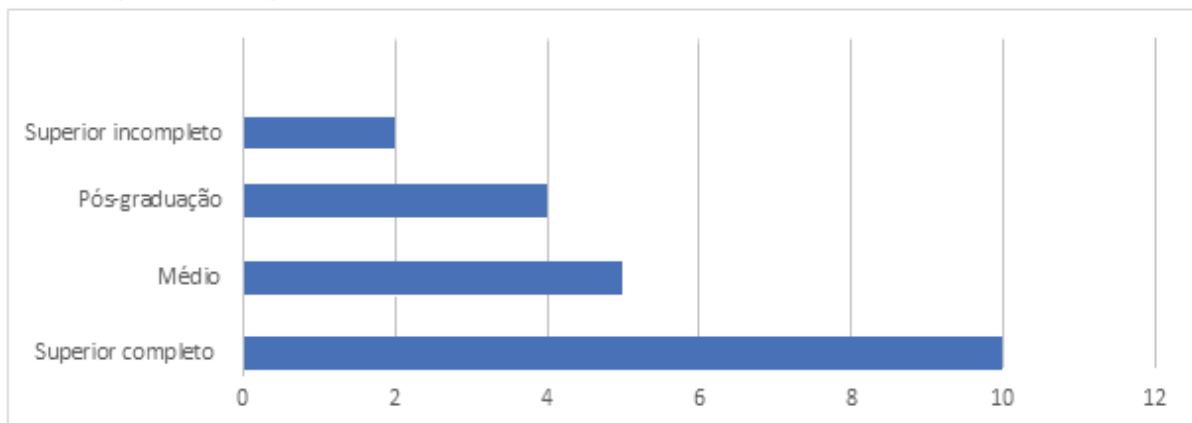
Estado civil		Religião		
Casados	Divorciados	Católica	Evangélica	Não declarada
19	2	7	7	7

Fonte: elaboração própria - 2019.

Sobre a idade desses parlamentares, o deputado estadual egresso da polícia militar mais novo tem 38 anos e o mais velho 74 anos, portanto, a média de idade é de 53 anos. Sobre naturalidade percebemos que a maioria deles tem local de nascimento no mesmo estado onde atuam, exceção de quatro deputados estaduais que são oriundos de estados federados diversos dos quais são representantes atualmente.

Quanto à escolaridade destaca-se a ligação majoritária com o ensino superior sendo: pós-graduação com 4 deputados estaduais; superior completo com 10 deputados estaduais e superior incompleto com 2 deputados estaduais, vale dizer que entre superior incompleto à pós-graduação estão contemplados 16 deputados egressos das polícias militares (ou 76,1%), havendo apenas outros 5 deputados estaduais com ensino médio como podemos visualizar pelo Gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR NÍVEL EDUCACIONAL



Fonte: Elaboração própria - 2019.

Sobre o nível educacional dos deputados estaduais egressos das polícias militares, ainda que em média elevado, fica abaixo do que já foi constatado por Perissinotto e Miríade (2009) ao estudar os deputados federais eleitos em 2006 onde determinaram que, entre educação superior e superior incompleta, os eleitos naquele ano somavam 87,9% dos candidatos (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 307); índice superior ao que constaram Berlato, Codato e Bolognesi (2016) ao estudarem os perfis de candidatos oriundos das forças de segurança do Estado onde militares com formação superior (completa e incompleta) onde somaram 57,5% deles (BERLATO; CODATO e BOLOGNESI, 2009, p. 98) e, muito semelhante ao que constatou Araújo (2012) ao estudar o perfil dos candidatos eleitos e não eleitos ao

Congresso Nacional na 52ª Legislatura onde os deputados eleitos somaram 74,9% com curso superior (ARAÚJO, 2013, p. 8).

Sobre a distribuição partidária dos deputados, os 21 deputados estaduais estão distribuídos em 18 partidos, havendo mais de um elemento apenas no PMDB, PDT e PR com dois parlamentares cada, os outros partidos cotam com um deputado cada, conforme Quadro 01 abaixo:

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR PARTIDOS POLÍTICOS

Deputados estaduais egressos das polícias militares (n 21).	Partidos em que se encontram: PSD (1), PP (1), PMDB (2), PDT (2), PROS(1), PSDB (1), PR (2), PC do B (1), PT (1), PODEMOS (1), PSC (1), PPS (1), PMN (1), PRP (1), DEM (1), AVANTE (1), PSB (1) e PHS (1).
--	--

Fonte: Elaboração própria - 2019.

Ao olharmos para a experiência profissional e para a experiência política dos deputados estaduais egressos das polícias militares, conforme delimitamos metodologicamente, obtivemos os dados postos na Tabela 7:

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA POLÍTICA E A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Experiência Política			
Baixa	Média	Alta	Total
3	7	11	21
Experiência Profissional			
Baixa	Média	Alta	Total
1	10	10	21

Fonte: elaboração própria - 2019.

Podemos afirmar pela leitura da Tabela 7 que a baixa experiência profissional não encontra abrigo nas cadeiras dos parlamentos estaduais em se tratando de deputados egressos das polícias militares. Ou se tem média ou se tem alta experiência profissional, ou são policiais maduros ou são “velhos policiais”. De outro lado, mais da metade são “velhos políticos” (18 deles já se encontram reeleitos na legislatura em estudo), ou seja, não são em maioria neófitos na política e mesmo que se pensando

em jovens políticos, os dados apontaram para apenas 03 deputados estaduais em primeira legislatura. .

Dissecando um pouco mais os dados brutos referentes à reeleição para além do limite metodológico que estabelecemos para a experiência política teremos que: 03 deputados estão em primeiro mandato; 07 deputados estão no segundo mandato; 05 deputados estão no terceiro mandato; 02 deputados estão no quarto mandato; 03 deputados estão no quinto mandato e um deputado está no sétimo mandato, ou seja, do ponto de vista da experiência política a maioria absoluta dos deputados estaduais egressos das polícias militares é experiente ou muito experiente. “Velhos políticos” que apesar da distância no tempo em relação às suas Carreiras profissionais mantém até hoje o nome político herdado de suas instituições de origem, mantém o capital social simbólico ou o recurso social policial militar em resumo.

No mesmo sentido do recurso social, perguntamos aos deputados egressos qual era a condição profissional, se ativo ou inativo na polícia militar quando concorreram pela primeira vez e quando foram eleitos pela primeira vez, do que temos a distribuição percentual na Tabela 8 abaixo:

TABELA 8 – CONDIÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DA POLÍCIAS MILITARES QUANDO FORAM ELEITOS PELA PRIMEIRA VEZ E QUANDO CONCORRERAM PELA PRIMEIRA VEZ

Primeira vez que concorreu		Primeira vez que foi eleito	
Ativo %	Inativo %	Ativo %	Inativo %
61,9	30,1	52,4	47,6

Fonte: elaboração própria - 2019.

Disso podemos constatar que a maioria deles quando concorreram pela primeira vez ou foram eleitos pela primeira vez estavam no serviço ativo na PM. Não obstante esta constatação, olhando mais detalhadamente para estas duas condições percebemos que parte daqueles que declararam terem sido eleitos pela primeira vez na condição de inativos (5 deputados estaduais) ou foram para inatividade no mesmo ano da eleição ou estavam há menos de um ano afastados da condição de atividade, ou seja, 16 deputados estaduais (ou 76,1%) estavam dentro ou próximos da condição ativa, absolutamente em condições plenas do uso do recurso social da profissão policial militar eleitoralmente quando eleitos pela primeira vez.

Voltando à experiência política dos deputados estaduais observados, sua condição não surpreende à luz da literatura se ainda nos socorrermos dos estudos

sobre deputados federais. Araújo (2013) identificou que os cargos ocupados por deputados federais antes do ingresso na 52ª Legislatura, 266 deputados estaduais dos 513 possíveis, vale dizer 51,9% deles tinham como ocupação anterior o próprio Poder Legislativo no mesmo cargo de deputado federal. Ainda, quando o autor desagregou a experiência anterior por postos legislativos nas três esferas verificou percentualmente⁹ que: 64,1% deles tinham sido deputados federais; 34,5% deputados estaduais e 27,1% vereadores (ARAÚJO, 2013, p. 12-13).

Corroborando por aproximação com o que a literatura nos apresenta e no nosso caso olhando para estes “velhos políticos” oriundos das polícias militares, Perissinotto e Miríade (2009) ao analisarem os deputados federais eleitos em 2006 sugerem que o mais importante atributo para passar da condição de candidato à de eleito consiste em já ser ou já ter sido político, inserção prévia na vida política, ou seja, seu capital político é mais decisivo para a própria eleição que a atividade profissional anterior à entrada na política (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 306-307). Assim, poderíamos dizer que no que diz respeito a nossa pesquisa, os deputados estaduais egressos das polícias militares em observação tratam-se na maioria de políticos profissionais e isto nos levaria a pensar um pouco a respeito da Carreira política destes deputados estaduais.

Pudemos no curso da pesquisa perguntar aos deputados estaduais egressos das polícias militares para qual cargo cada um foi eleito pela primeira vez e obtivemos o seguinte: 07 deputados estaduais foram eleitos pela primeira vez no cargo de vereador; 02 eleitos pela primeira vez como deputados federais e 11 deputados estaduais eleitos pela primeira vez como deputados estaduais. Neste sentido, ainda que parte da literatura apresente o cargo de vereador com um cargo peculiar na hierarquia política brasileira, porta de entrada para o mundo da política uma vez ser o posto eletivo mais disponível (NOLL e LEAL, 2008, p.9), no nosso caso em estudo a porta de entrada para o mundo político, ou ao menos para o parlamento subnacional, se faz pelo cargo de deputado estadual na maioria dos parlamentares egressos das polícias militares observados, com o adicional de que a maioria deles também (12 deputados estaduais) foram eleitos na primeira vez em que concorreram. Um pouco mais sobre profissionalização política agora olhando especificamente para o mandato

⁹ O autor observa que os valores superam 100% porque cada parlamentar poderia ter passado por mais de um cargo.

em estudo (2005-2018) pudemos constatar que à exceção de três parlamentares todos os demais, 18 deputados estaduais (ou 85,7%), apresentaram participação em comissões parlamentares, liderança de bancada ou liderança de partido mais de uma vez.

Em determinado ponto podemos dizer que a experiência política e a experiência profissional se imbricam. Os surveys aplicados nos permitiram buscar dados sobre atuação representativa de classe dos parlamentares onde constatamos que 57,1% deles participaram em entidades quando ainda ativos nas polícias militares; 33,3% que participaram apenas na inatividade e apenas 9,6% não tiveram qualquer participação em entidades representativas de classe quando ativos ou inativos, ou seja, uma espécie de sindicalismo profissional foi relevantemente presente quando os deputados estaduais egressos das polícias militares ainda estavam na atividade policial militar.

Sobre isto, sindicalização entre os militares, a obra de Odaci Luiz Coradini (2001) que trata dos recursos sociais no recrutamento de elites políticas, na parte em que se dedica a compreender as corporações militares e a política eleitoral, coloca de um lado que uma das formas de reconversão da vinculação corporativa em recurso eleitoral seria através da apresentação do candidato como componente da corporação, com conhecimento prático de seus problemas (CORADINI, 2001, p. 80).

Isto explicaria de alguma forma o porquê os parlamentares estaduais egressos das polícias militares, na maioria já identificados como políticos experientes de longa caminhada e acumulando número expressivo de mandatos, mantêm seus nomes sociais herdados dos tempos da corporação, não abrindo mão de identificarem-se pelos seus postos ou graduações, desta forma mantendo o vínculo meramente como componente da instituição, cuja apresentação em geral é impregnada por uma linguagem como “os meios militares”, a “família militar” ou algo do gênero (CORADINI, 2001, p. 85).

De outro lado, outra modalidade reconversão seria aquela representada por deputados estaduais distintos pela liderança através da atuação na representação sindical ou corporativa, particularmente nos momentos de maior mobilização da categoria (CORADINI, 2001, p. 80). Neste sentido, ainda que nesta pesquisa não possamos apontar a atuação histórica e sindical dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares, o percentual revelado de atuação em entidades representativas de classe (57,1%) quando ativos nos leva à convicção que a atividade

sindical policial militar foi uma escolha de reconversão do capital simbólico da profissão policial militar em capital político, recurso social instrumentalizável politicamente, portanto.

A percepção de Coradini (2001) por certo ainda guarda eco no que diz respeito às polícias militares pelo viés da área de atuação profissional, vale dizer de assuntos da área de expertise dos policiais militares, a segurança pública. Neste aspecto reside a queixa corporativa permanente do não reconhecimento deles como “especialistas em segurança pública” ou como os “únicos especialistas” em segurança pública, assim, razoável pensar que os parlamentares egressos das polícias militares pudessem, aos olhos da classe policial militar, como autoridades distintivas nos parlamentos estaduais vocalizar tais demandas.

Seguindo na análise dos perfis perguntamos a estes parlamentares sobre o exercício de cargos públicos em condição de deslocamento ou seção para outros órgãos enquanto na ativa; sobre o exercício de cargos públicos na inatividade e sobre o exercício de ocupação privada na inatividade cujas respostas foram: sobre o exercício de cargo público na ativa apenas dois deputados estaduais responderam positivamente; sobre o exercício de cargo público na inatividade nenhum respondeu positivamente e quanto ao exercício de ocupação privada na inatividade apenas dois responderam positivamente, portanto, o exercício de outras atividades (públicas ou privadas) para além da originária como policial militar, no nosso caso, não se revelaram variáveis de interesse.

Perguntamos aos parlamentares se na legislatura em estudo (2015-2018) haviam mudado de partido onde apenas 5 responderam positivamente; outros 16 (ou 76,1%) informaram da permanência pelos partidos pelos quais foram eleitos. Disso poderíamos dizer então de uma migração partidária da ordem de 28,4%. Neste sentido, a literatura que busca entender quais as vantagens que o indivíduo obteria neste ou naquele partido a partir de análises do ponto de vista da racionalidade dos migrantes, identificou que de fato quase um terço dos deputados brasileiros troca de legenda pelo menos uma vez ao longo de uma legislatura (FREITAS, 2012, p. 951).

Desta forma, se ainda nos permitirmos por aproximação utilizarmos dos estudos sobre deputados federais para interpretar o que revelamos, poderíamos dizer que a migração partidária dos parlamentares egressos das polícias militares nos parlamentos estaduais é um pouco menor que a média apontada pela literatura no parlamento federal.

Concluída esta exposição do perfil dos deputados estaduais egressos das polícias militares, nos dedicaremos em seguida a analisar suas proposições legislativas detalhadamente.

5 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DOS PARLAMENTARES

Agora trataremos de analisar o conjunto das proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares brasileiras através de algumas variáveis que selecionamos e que permitem verificar similaridades ou particularidades do que encontramos em nossa pesquisa em relação ao que a literatura nos apresenta.

5.1 SIMILARIDADES E PARTICULARIDADES

Inicialmente, ao analisarmos o conjunto das proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares podemos perceber que das 1072 proposições que compõem o banco de dados são distribuídas em relação as espécies legislativas conforme nos apresenta o Quadro 2 abaixo:

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR ESPÉCIES LEGISLATIVAS

Espécies legislativas	Quantidade/Percentuais
Projetos de Lei	917 proposições ou 85,5%
Projetos de Lei Complementar	43 proposições ou 4%
Emendas Constitucionais	112 proposições 10,5%

Fonte: elaboração própria - 2019.

Por óbvio que os números e percentuais acima expostos devem ser compreendidos do ponto de vista da natureza de cada espécie onde as diferenças de frequência também atendem ao que se destinam cada uma delas e da maior ou menor complexidade dentro do processo legislativo.

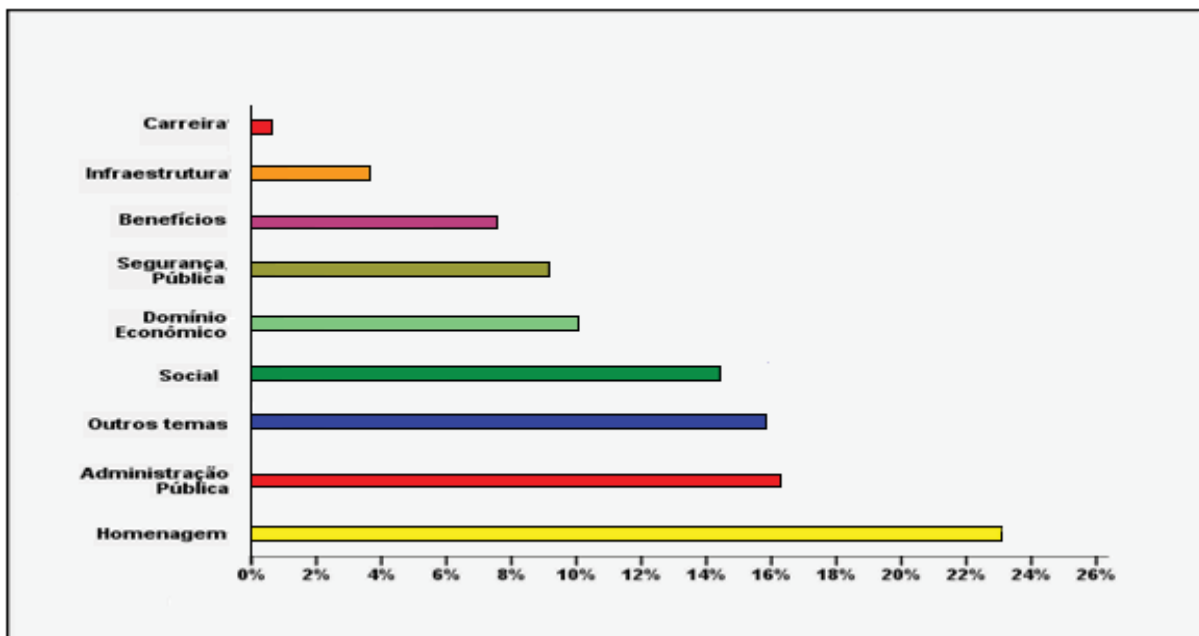
Dito de outra maneira, a espécie legislativa Projeto de Lei apresenta maior volume tendo em vista se tratar do tipo mais comum abrangendo propostas legislativas gerais submetidas à aprovação por maioria simples. Os Projetos de Lei complementar por sua vez, surge de uma exigência constitucional, ou seja, quando há previsão constitucional de determinada matéria a ser regulada por Lei Complementar, assim, por certo aprestaria menor volume. Da mesma forma, as Emendas Constitucionais pela própria natureza de alterar ou adicionar perspectivas legais à lei maior, a Constituição Estadual, com parâmetros e exigências mais severas no processo legislativo (tal como quórum qualificado), tendem também a se apresentar em menor volume. Aqui, nada de novo nos deputados policiais militares

em relação ao processo legislativo de maneira geral.

Na perspectiva temática as proposições apresentadas pelos parlamentares estaduais egressos das polícias militares no Brasil revelam percentuais diversificados, todavia, nos permitem algumas interpretações iniciais. Quando, portanto, consideramos todo o período legislativo (2015 a 2018) e o universo das proposições de todos os parlamentares autores (1072 proposições), verificamos que o tema Homenagens corresponde à 22,9% de todas as proposições, o maior percentual de um tema específico (246 proposições); seguindo, temos o tema da Administração Pública com 16,2% (174 proposições); Outros Temas 15,7% (169 proposições); tema Social com 14,5% (156 proposições) e o tema Domínio Econômico com 9,9% (107 proposições).

Abaixo de uma centena de casos segue o tema Segurança Pública com 8,9% (96 proposições) e, com os menores percentuais, temos os temas de interesse corporativo: Benefícios com 7,3% (79 proposições); Infraestrutura com 3,5% (38 proposições) e Carreira com 0,6% (07 proposições). O Gráfico 2 nos fornece uma visão espacial dos percentuais da distribuição temática:

GRÁFICO 2 - FREQUÊNCIA PERCENTUAL DOS TEMAS NA LEGISLATURA 2015 A 2018 DO CONJUNTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES



Fonte: elaboração própria a partir de SPSS - 2018.

Para efeitos de comparação, Ranulfo Paranhos (2014) ao estudar a produção legislativa subnacional relacionando às demandas sociais afim de construir um índice para mensurar a responsividade das casas legislativas em nove Estados (AP, ES,

MG, PB, PR, RS, SC, SE e SP) entre os anos de 2007 a 2010, constatou que quando considerados os assuntos a que os projetos de lei se referem, aqueles classificados como “Administrativa” são os que mais foram submetidos (73,29%); do total de propostas; “Política Pública” foi o segundo assunto que mais recebeu submissão (16,97%), seguido das propostas “Honoríficas” (5,66%) e “Econômica” (2,63%) (PARANHOS, 2014, p. 153).

Desta forma podemos observar certa similaridade de relevância do constatado por Paranhos (2014) em relação aos nossos quatro primeiros temas específicos, ainda que não conhecida exatamente nas mesmas posições percentuais, mas, obviamente que o tema Homenagens em sendo o maior volume proposto pelos deputados em nosso estudo chama a atenção até porque estudos acerca da atuação das assembleias legislativas têm diagnosticado padrão de produção de grande quantidade de leis de cunho clientelista, de baixa qualidade e não relevantes (FIGUEIREDO, 2012, p. 10).

No mesmo sentido Karina Pessini e Luana Pratti (2015) em estudo sobre o padrão da organização parlamentar e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (2007-2010) detectaram que o Legislativo propunha preferencialmente projetos sociais e honoríficos. Naquele estudo identificaram que das 427 proposições de conteúdo honorífico, 423 tiveram origem no Legislativo (PESSINE e PRATTI, 2015, p. 20).

O interesse em projetos honoríficos residiria no fato de que a aprovação desse tipo de matéria não dependeria da movimentação de grandes recursos políticos por parte do parlamentar e seriam uma forma de viabilizar a consecução de políticas distributivas às bases eleitorais do legislador. Assentaram as autoras também que os projetos de cunho social se destinavam no mesmo sentido distributivista.

O tema Homenagens no nosso estudo, como dissemos, é o de maior volume (22, 9% de todas as proposições) e o tema Social ocupa a terceira posição em temas específicos. Aqui poderíamos apontar similaridades com o estudo de Pessini e Pratti o que nos proporia, neste ponto, um comportamento legislativo semelhante entre deputados estaduais policiais militares e os demais deputados estaduais.

Em se tratado de baixa qualidade legislativa, do ponto de vista da preparação técnica do parlamentar, a literatura nos apresenta a necessidade tanto do preparo técnico próprio quanto a habilidade em formar equipe dotada de competências para uma maior capacidade em termos de propostas complexas para solução de

problemas sociais (FERREIRA; MENEGUIN; BUGARIN, 2018, p. 709). Sem isso, a tentação pela produção de grande quantidade de leis de cunho clientelista, de baixa qualidade e não relevantes seria consequência possível.

De outro lado, em existindo uma preferência clientelista dos parlamentares em estudo, as proposições legislativas de interesse corporativo que no seu conjunto representam 11,56% do total, um percentual relativamente considerado, poderia nos indicar estes parlamentares atuando de forma a atender seu reduto eleitoral nas polícias militares.

Assim, se o clientelismo pode de fato estabelecer uma similaridade entre os deputados estudados e o que a literatura nos apresenta, a questão do preparo e qualidade técnicas talvez não se encaixe. Como vimos, nossos parlamentares na maioria têm média e alta experiência profissional o que implica em um bom tempo no serviço público na construção de Carreiras profissionais. Da mesma maneira, são experientes ou muito experientes politicamente, ou seja, possuem Carreiras políticas também significativas, não nos parece aqui que a falta de preparo técnico seja o caso.

Ainda sobre adjetivações à produção legislativa subnacional, a literatura nos apresenta limites e constrangimentos dados pelo desenho institucional para explicar a opção dos legisladores. A modelagem institucional vigente levaria os membros do poder legislativo estadual a produzirem leis irrelevantes, particularistas ou até inconstitucionais (FERREIRA; MENEGUIN; BUGARIN, 2018, p.702).

No Brasil a Constituição Federal de 1988 acabou por determinar um protagonismo propositivo do Executivo Federal e restringiu variações nas cartas estaduais, havendo, portanto, semelhanças entre o que se prevê como competências propositivas em nível federal e estadual.

Pelo desenho institucional compete exclusivamente ao Executivo propor legislação sobre: o efetivo e funcionamento da Polícia Militar, o Regime (cargos, salários e pensões) do serviço público, questões tributárias e orçamentárias, a Defensoria Pública e a estrutura administrativa do Executivo (secretarias e demais órgãos) etc. (TOMIO, 2012, p. 3-5). Desta forma, os limites e constrangimentos do desenho institucional afeariam também aos deputados em estudo, inevitavelmente.

No mesmo sentido, buscando uma compreensão a partir do comportamento parlamentar temos três modelos clássicos de organização legislativa desenvolvidos pela literatura especializada norte-americana: abordagens distributivista (MAYHEW, 1974), informacional (KREHBIEL, 1991) e partidária (COX e McCUBBINS, 1993) que

nos informam do pressuposto de que a configuração institucional afeta as preferências dos legisladores e, os quais como atores racionais, buscariam maximizar suas chances de reeleição. Assim, dado a experiência política de nossos parlamentares e em especial o número de reeleições que detém, esta similaridade pode também fazer sentido.

Contudo, como já observamos, a presença relevante do tema Social nas proposições legislativas dos deputados estaduais oriundos das polícias militares olhadas por um prisma de estratégia clientelista e de alcance não exclusivo aos interesses corporativos, poderia nos levar a pensar com estranhamento se considerarmos a identificação dos parlamentares em estudo com sua clientela óbvia nas polícias militares.

Todavia, o estranhamento se desfaz ao percebermos que se de um lado há um volume propositivo interessado aos policiais militares ou às suas instituições, atendendo assim a clientela originária profissionalmente, de outro lado também se percebe que os deputados policiais militares ampliam sua base de atendimento para a população em geral, ou seja, esta particularidade traduz uma estratégia que procura identificação profissional sem abrir mão de outras possibilidades de atendimento com ganhos eleitorais.

Outra maneira possível de analisar as proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares seria olhá-las a partir de seus partidos políticos atuais e, conseqüentemente, da posição destes no espectro ideológico. Neste sentido recorreremos o eixo ideológico estabelecido por Berlatto e Codato (2014)¹⁰ com duas adaptações necessárias: em primeiro, naquele estudo dos citados autores, o partido PODEMOS estava ausente dado sua criação posterior ao que publicaram, todavia, este partido é a redenominação dada ao PTN, este sim constante do estudo, da mesma forma, o partido AVANTE deriva do então PT do B.

Os partidos políticos constantes do nosso estudo se posicionam conforme Berlatto e Codato (2014) (agregando-se os partidos de direita no seu campo próprio e

¹⁰ Em "Candidatos policiais na política nacional", BERLATTO e CODATO (2014) dividem o espectro ideológico partidário em seis grandes grupos com seus respectivos partidos da seguinte maneira: **Grande de Centro** (PMDB, PPS, PSDB, PV e SD); **Grande de Direita** (DEM, PFL, PL, PP, PPB, PR, PSC, PSD e PTB); **Grande de Esquerda** (PDT, PSB e PT); **Pequeno de Direita** (PAM, PGT, PMN, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PSN, PST e PTC); **Pequeno de Esquerda** (PC do B, PCB, PPL e PSOL) e **Pequeno Fisiológico** (PEN, PHS, PROS, PT do B e PTN).

os de esquerda da mesma maneira), com a devida parcimônia no sentido de que não se pode transferir diretamente o espectro ideológico partidário nacional para o subnacional, mas, que pode nos fornecer alguma ideia da distribuição, se vislumbra conforme Quadro 3 seguinte:

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES POR POSIÇÃO IDEOLÓGICA

<i>Posição ideológica</i>	<i>Partidos</i>
Direita	PSD, PP, PR, PSC, DEM, PMN e PRP.
Esquerda	PDT, PT, PSB e PC do B.
Centro	PMDB, PSDB e PPS.
Fisiológicos	PROS, PODEMOS, AVANTE, PHS.

Fonte: elaboração própria a partir - 2019.

Avançando um pouco mais em detalhes sobre as relações de partidos políticos, se verificarmos a distribuição do conjunto das proposições legislativas e seus temas em relação a eles teremos a Tabela 9 em seguida:

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS POR TEMAS EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS ATUAIS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES

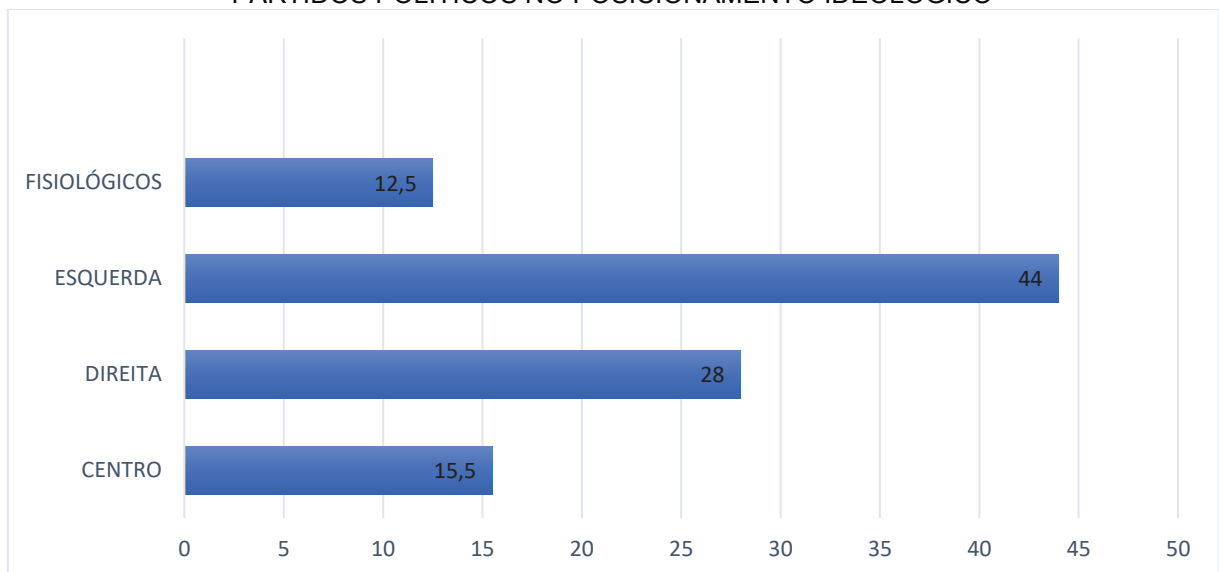
Partidos	Carr.	Benef.	Infra.	Social	Seg. Públ.	Dom. Econ.	Homng.	Adm. Públ.	Out.Tm.	Tt
PSD	0	5	2	2	4	13	12	12	3	53
PP	0	1	6	3	12	12	25	12	6	77
PMDB	2	7	12	9	8	4	27	11	13	93
PDT	0	27	9	55	35	46	71	82	62	387
PROS	0	1	0	9	0	4	19	3	4	40
PSDB	0	4	0	3	3	0	2	2	10	24
PR	2	5	0	11	11	4	15	8	20	76
PCdoB	0	1	0	3	0	0	4	3	1	12
PT	0	2	1	13	6	6	5	17	13	63
PODEMOS	0	5	1	5	4	0	3	4	1	23
PSC	0	0	0	1	1	0	1	0	1	4
PPS	0	0	0	0	0	0	18	0	1	19
PMN	0	3	0	6	3	6	4	8	13	43
PRP	0	6	1	2	2	2	4	1	2	20
DEM	2	6	5	4	1	0	24	0	3	45
AVANTE	0	2	0	1	1	3	0	0	2	9
PHS	0	4	1	25	5	6	10	9	13	73
PSB	1	0	0	4	0	1	2	2	1	11
Total	7	79	38	156	96	107	246	174	169	1072

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Da Tabela 9 acima podemos observar em relação às frequências de proposições temáticas, se convertidas em percentuais, que o destaque está no PDT que sozinho responde por 36,1% de todas as proposições (387 proposições), seguido pelo PMDB com 8,68 (93 proposições) e pelo PP com 7,18% (77 proposições). No outro extremo, nas posições de mais baixo volume propositivo encontramos em primeiro o PSC com 0,37% (4 proposições), o AVANTE com 0,84% (9 proposições) e o PSB com 1,03% (11 proposições).

Para auxiliar uma interpretação ainda um pouco mais acurada dos dados correspondentes à distribuição das proposições temáticas em relação aos partidos políticos, seria de medida termos uma perspectiva percentual desta distribuição no posicionamento ideológico, conforme o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CONJUNTO DE TEMAS PROPOSTOS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS NO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO



Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Em um primeiro olhar no Gráfico 3 percebemos facilmente que os partidos de esquerda somam o percentual mais relevante, 44%, índice muito maior que a Direita e tal particularidade nos intriga se pensamos sobre a origem ou o recurso social da profissão policial militar em um cenário de demandas repressivas que colocaria os deputados, em princípio, distantes de ideologias progressistas ou ainda, que haveria grande chance de existir afinidade entre os valores apreendidos na socialização destes parlamentares e aqueles condizentes com as agendas de partidos de direita,

menos tolerantes com as liberdades individuais, por exemplo (BERLATO; CODATO; BOLOGNESI, 2016, p. 100).

Todavia, antes de concluirmos qualquer raciocínio a este respeito, avancemos um pouco mais na exploração da Tabela 9 e na distribuição por partidos para uma percepção do espectro ideológico. Se consideremos a vocação dos partidos de esquerda e olharmos apenas para as frequências do tema Social (156 proposições) veremos que a esquerda somada representa quase a metade destas iniciativas, 48,07%; a direita 18,7%; o centro 7,7% e os fisiológicos 25,6%. Os percentuais neste tema na esquerda não surpreendem, mas, tomando o tema Segurança Pública em particular, área de origem dos deputados egressos das polícias militares que poderíamos atribuir mais afeto aos partidos de direita numa perspectiva contemporânea de necessidades repressivas do Estado, veremos que a direita somada responde por 17 proposições em 96 delas, ou seja, representa 17,7% em relação à esquerda somada que apresentou 41 proposições ou 42,7% neste tema.

A aparente contradição ideológica da direita que relatamos acima, deve ser ponderada por outro viés, ou seja, a distribuição dos 21 deputados estaduais policiais militares por partidos, assim, vejamos: a) os partidos de centro somam 4 deputados; b) os partidos de direita 8; c) os partidos de esquerda 5 e d) os partidos fisiológicos 4 deputados.

Neste sentido, quando olhamos esta distribuição em relação ao que já apresentamos anteriormente constatamos que mesmo em menor número de parlamentares na esquerda os deputados nela inscritos e propõem mais que na direita em percentuais absolutos e propõem, de forma particular, mais na temática que a literatura em parte poderia encaminhar como vocação ideológica originária de direita.

Pensando agora em termos de ciclo legislativo, ao fracionarmos o período legislativo em cada ano de legislatura individualmente, mantendo a análise de frequência pelo conjunto do total de parlamentares estaduais egressos das polícias militares, pudemos constatar que a maior diferença no volume de proposições se dá nos extremos da legislatura.

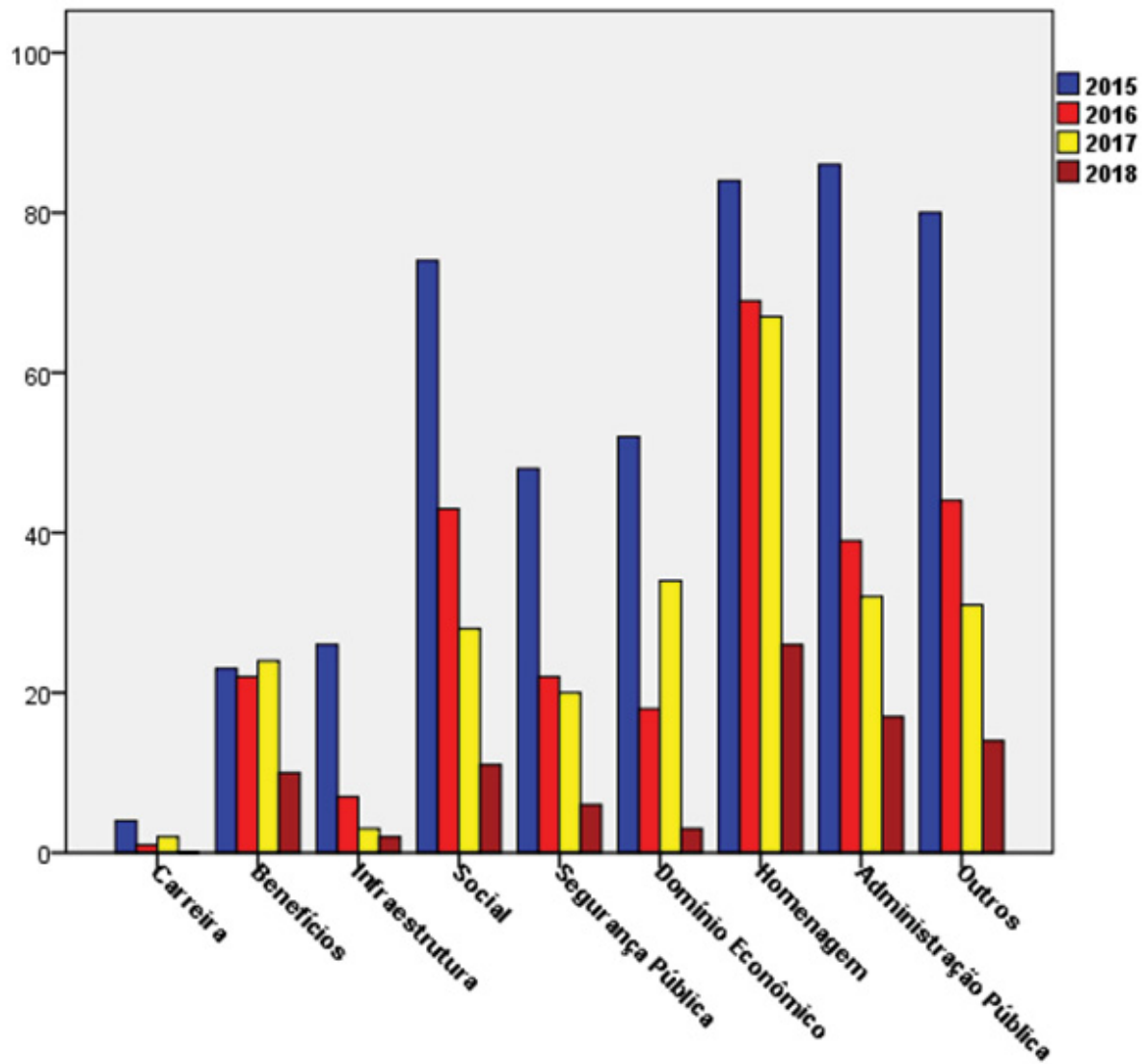
A maior quantidade de proposições se apresenta no primeiro ano e a menor quantidade no seu último ano. No primeiro ano da legislatura analisada, 2015, contamos 477 proposições o que correspondem a 44,5% do total delas; já no último ano, 2018, verificamos apenas 85 proposições que equivalem a 8,32% do conjunto.

Sobre a temporalidade da produção legislativa Paranhos em seu estudo sobre parlamentos subnacionais, como mencionamos anteriormente, detectou que de maneira geral o primeiro ano da legislatura para todos os Estados apresentou um número maior de submissões de projetos de lei do que o último a ano e que a tendência no segundo ano foi sempre ter um número menor de submissões que o anterior. Aponta o autor como umas das possíveis causas para esse fenômeno o fato de que o sistema eleitoral brasileiro reservou os anos pares como anos eleitorais (PARANHOS, 2014, p. 123-124).

No nosso caso, nos anos intermediários, 2016 e 2017, respectivamente constatamos 265 e 241 proposições equivalendo a 24,71% e 22,69% do conjunto total delas de onde se interpreta que há um claro processo de queda no volume de proposições na medida que a legislatura avança estabelecendo dois extremos em similaridade ao que Paranhos (2104) apontou.

A par do evidente processo propositivo em geral decrescente do conjunto de proposições em nossa pesquisa, alguns temas quando olhados ano a ano apresentam variações. Neste sentido o tema Homenagens quando olhado para cada ano de legislatura separadamente, resiste e se fortalece. Esclarecendo, em geral, o conjunto de proposições decrescem ao longo da legislatura, mas, o tema Homenagens correspondeu percentualmente a 17,6% de tudo que foi proposto no primeiro ano; 26,03 % de tudo que foi proposto no segundo ano no segundo ano; 27,8% de tudo que foi proposto no terceiro ano e 29,21% de tudo que foi proposto no último ano. No mesmo processo mas de forma mais tímida, os temas corporativos se veem representados pelo tema Benefícios com respectivamente 4,82%, 8,3%, 9,95% e 11,23% de tudo que foi proposto ano a ano da legislatura. No Gráfico 4 logo em seguida, podemos visualizar a frequência ano a ano a partir dos temas definidos:

GRÁFICO 4 - FREQUÊNCIA DOS TEMAS POR ANO DE LEGISLATURA DO CONJUNTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLÍCIAS MILITARES.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS - 2019.

Seguindo, das proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares há sucesso? A resposta para a pergunta é afirmativa, sim há algum sucesso no sentido de que parte do que propõem os deputados estaduais egressos das polícias militares se torna legislação.

Ao tomarmos os dados absolutos, ou seja, todas as proposições legislativas em relação às que tiverem sucesso (aprovação) verificamos que do conjunto de 1072 proposições apenas 244 foram aprovadas, vale dizer 22,7% de sucesso, uma taxa modesta dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares se comparada com o que já foi identificado sobre o assunto em outros estudos. Neste sentido, Tomio e Ricci (2012, p. 198) ao estudarem o desempenho das Assembleias Legislativas de

12 unidades federativas durante duas legislaturas seguidas (1999 a 2002 e 2002 a 2006), constataram que a taxa de sucesso média geral do conjunto das casas legislativas, quando a iniciativa propositiva reside nelas mesmas, se situa em 43%, praticamente o dobro desempenho dos deputados estaduais egressos das polícias militares aqui descritos.

Como dissemos, Tomio e Ricci (2012) analisaram 12 assembleias legislativas estaduais e o nosso estudo se baseia em 14 destas casas. Se compararmos geograficamente a partir de unidades federativas conhecidas nos dois estudos teremos os percentuais de sucesso conforme a Tabela 10. Observando que no caso dos autores citados o percentual é a média dado que eles descrevem suas unidades federativas escolhidas em dois anos diferentes, 1999 e 2003 (TOMIO e RICCI, 2012, p. 198) sem diferenciar os parlamentares e, no nosso caso, tomamos apenas os parlamentares egressos das polícias militares, todavia, a comparação nos permite facilmente verificar a absoluta diferença percentual na taxa de sucesso:

TABELA 10 - PERCENTUAIS DE SUCESSO, PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM UNIDADES FEDERATIVAS CONHECIDAS DE TOMIO E RICCI (2012) E SOUZA (2019)

UF	Tomio e Ricci (2012) %	Souza (2019) %	Diferença %
SP	28,1	2,43	25,67
MG	52,9	1,77	51,13
CE	39	0,47	38,53
SE	97,1	0,09	97,01
ES	56,6	0,84	55,76
RJ	22,2	5,60	16,6

Fonte: elaboração própria a partir de TOMIO e RICCI (2012) - 2019.

Considerando nosso estudo em particular e as unidades federativas abrangidas a taxa de sucesso do conjunto de 1072 proposições, 22,7%, pode ser olhada individualmente a partir de cada unidade federativa onde teremos em ordem decrescente : RJ com 5,6%; MG com 3,7%; RO com 2,5%; SP com 2,4%; AM com 1,5%; MS com 1,4%; MA com 1,2%; BA com 1,1%; RR com 0,9%; ES com 0,8%; RR com 0,93%; PE com 0,4% e CE com 0,4% e SE com 0,1%. Se ponderarmos esta distribuição pelo número de parlamentares presentes em cada UF verificamos que as

maiores taxas de sucesso estão em Rondônia (2,5%), Amazonas (1,4%) e Mato Grosso do Sul juntamente com o Rio de Janeiro (1,4%).

Do ponto de vista da distribuição regional e respeitando a proporcionalidade de deputados por estados, aqui verificamos uma mudança de posição. Lá os parlamentares policiais militares da Região Sudeste (SP, MG, RJ e ES) somaram os maiores percentuais de proposições com 23,2%, seguidos da Região Nordeste (MA, BA, CE, PE, SE) com 12,3%, após, as Região Norte (AM, RO e RR) com 9,6% e a Regiões Centro-Oeste (MS e GO) com 7,7%. Aqui, sobre taxa de sucesso, o Norte lidera com 4,9% seguido do Sudeste com 4,6%, Nordeste com 2,3% e Centro-Oeste com 1,8%.

Em se tratando da questão temática, o sucesso por temas apresentados, temos: o tema Homenagens que responde por 246 proposições teve aprovadas 125 (50, 81% de aprovação); Domínio Econômico com 107 proposições, teve aprovadas 20 (18,6% de aprovação); Benefícios é o melhor desempenho do interesse corporativo com 14 proposições aprovadas de 79 apresentadas (17,7% de aprovação); Segurança Pública com 96 proposições teve aprovadas 16 (16,6% de aprovação); Administração Pública com 174 proposições, teve aprovadas 26 (14,9% de aprovação); Social com 156 proposições, teve aprovadas 22 (14,1% de aprovação); Outros Temas com 169 proposições, teve aprovadas 20 (11,8% de aprovação). Nas últimas posições deste ranking de proposições aprovadas estão o tema Infraestrutura com apenas uma aprovação de 38 proposições apresentadas (2,6% de aprovação) e o tema Carreira que não possui qualquer proposição aprovada das 07 apresentadas.

Refletindo sobre a taxa de sucesso dos temas com maior percentual em ordem decrescente como identificamos em nosso estudo (Homenagens, Domínio Econômico, Benefícios, Segurança Pública, Administração Pública, Social, Outros Temas, Infraestrutura e Carreira), em certa medida guardam semelhança com o que já foi identificado como mais favorável para a aprovação por Graça e Santos (2009) em trabalho sobre a produção legislativa na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), abrangendo os dois primeiros biênios de dois governos distintos, 2003-2004, Governo Rosinha Garotinho, e 2007-2008, Governo Sérgio Cabral.

Os autores do estudo na ALERJ utilizaram-se das tipologias de Amorin e Santos (2003) para identificar a produção legislativa assim como utilizamos em parte no nosso trabalho, portanto, são compatíveis para efeitos de comparação se nos abstrairmos dos temas de interesses corporativos e do tema ligado a origem

específica dos nossos parlamentares, a segurança pública. Nas primeiras cinco posições por percentual de aprovação naquele estudo verificaram os autores que a ordem decrescente dos temas seria: Administrativo, Honorífico, Econômico, Orçamentário e Social (GRAÇA e SANTOS, 2009, p. 18-19).

Discutindo os dados da pesquisa que realizaram naquele momento no parlamento fluminense, os autores ponderam da existência de duas categorias que concentravam entre 54,8% das leis em 2003 e 71,4% em 2008, as categorias “Administrativo” e “Honorífico”. Essas duas categorias se alternaram como principal assunto legislado, com a primeira sendo a líder em três dos quatro anos (2003, 2007 e 2008), enquanto a última alcança a maior proporção do geral produzido no ano de 2004, com 40,9% das leis, respondendo por um quarto de toda a produção legislativa (GRAÇA e SANTOS, 2009, p. 19-20), assumindo os autores que a categoria “Administrativo” se revela muito abrangente e genérica, de certa forma imprecisa para limitar temáticas.

No mesmo sentido, verificaram que apareceram com certa relevância também as leis de tipo “Econômico” e “Social”. Essas se alternaram na terceira e na quarta colocação, com a primeira assumindo a frente em 2003 e 2008, enquanto a segunda alcançando a terceira posição em 2004 e 2007, ou seja, se compararmos ao que revelamos das proposições legislativas dos deputados estaduais egressos das polícias militares no nosso estudo, as temáticas que obtém sucesso com maiores percentuais se assemelham.

Explorado o conjunto das proposições legislativas sob vários aspectos, nos resta observar como os interesses corporativos podem guardar relações com a experiência profissional anterior de cada parlamentar egresso e mesmo com sua experiência política, é o que pretendemos esmiuçar em seguida.

5.2 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E ESTRATOS DE CLASSE

Assim, uma vez as polícias militares serem bem marcadas em dois estratos profissionais distintos social e economicamente, buscamos também distinguir a frequência de proposições entre oficiais e praças deputados estaduais egressos das polícias militares. Neste sentido constatamos que do total das proposições os praças respondem por um percentual de 65,7% (703 proposições) e os oficiais com 34,4% (369 proposições), entretanto, esta diferença inicial deve ser ponderada.

Considerando que o conjunto de parlamentares egressos corresponde a 21 deputados estaduais composto por 13 praças e por 8 oficiais, poderíamos dizer que os primeiros correspondem a 61,9 % e os outros a 38,1% do conjunto de deputados estaduais, redundando que quando ponderado o número de deputados estaduais por classe o percentual propositivo dos oficiais é de 46% e os praças de 54%, ou seja, pode-se dizer de um quase equilíbrio propositivo entre as classes.

Do ponto de vista da iniciativa propositiva, se individual ou coletiva, constatamos que tanto oficiais quanto praças optam majoritariamente pela iniciativa individual até porque esta modalidade de iniciativa compreende a 79,4% do total das proposições, mas, mesmo assim, olhando do outro lado, pudemos constatar também que em se tratando de iniciativa coletiva esta opção aos oficiais representa quase três vezes mais o que representa como opção aos praças, ponderada a proporcionalidade de deputados estaduais em cada classe.

Olhando o conjunto de frequência das proposições temáticas em relação aos dois estratos de classe profissional de onde são egressos os parlamentares estaduais estudados e considerando a necessária proporcionalidade numérica de deputados estaduais por classe em relação ao que propõem em cada tema, podemos construir a Tabela 11 com seus percentuais representativos:

TABELA 11 - FREQUÊNCIA TEMÁTICA DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EGRESSOS DAS POLICIAIS MILITARES CONSIDERANDO A PROPORCIONALIDADE NUMÉRICA DE DEPUTADOS ESTADUAIS POR CLASSE (OFICIAIS E PRAÇAS) POR TEMA

Temas	Oficiais, frequência de proposições	N de proposições pelo N de oficiais (8)	Praças, frequência de proposições	N de proposições pelo N de praças (13)
Carreira	1	0,01	6	0,04
Benefício	30	0,35	49	0,35
Infraestrutura	12	0,14	26	0,19
Social	38	0,44	118	0,85
Segurança Pública	31	0,36	65	0,47
Domínio Econômico	53	0,62	54	0,39
Homenagens	86	1,00	160	1,15
Administração Pública	71	0,83	103	0,74
Outros Temas	47	0,55	122	0,88

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Analisando os dados por classe na Tabela 11 acima, podemos observar que os oficiais sobrepõem aos praças apenas nos temas Domínio Econômico e

Administração Pública o que poderia precipitar conclusões a partir das suas posições originárias na carreira policial militar, ou seja, extratos dirigentes e extratos executores que tenderiam a refletir nas proposições legislativas seus limites, habilidades e preocupações profissionais anteriores. De outro lado, os praças superam aos oficiais na maioria de todos os outros temas inclusive os corporativos, ou seja, são mais propositivos que seus antes superiores hierárquicos.

Chama a atenção também o tema o tema Social onde os praças propõem quase o dobro dos oficiais o que poderia refletir as preocupações de seu próprio lócus econômico anterior e inferior. O tema da segurança pública, área de expertise de todos os deputados egressos e em qual o conhecimento estratégico do próprio tema residiria por força institucional nos extratos dirigentes, nos oficiais portanto, mais uma vez contraindica conclusões precipitadas, os praças são mais propositivos nele.

Agora, quando analisamos estes dois estratos sob o ponto de vista exclusivo dos interesses corporativos, e aqui inicialmente não se trata de avaliar se há sucesso ou não na proposição, mas, apenas o ato de propor em si o que representaria de alguma maneira preocupação com interesses originários de classe, temos um dado interessante. O tema Carreira ainda que represente apenas 0,6% de todas as proposições, teve 6 proposições partindo de praças e apenas uma partindo de deputados estaduais oficiais egressos, ou seja, sobre Carreira a preocupação majoritária reside no extrato operacional egresso das polícias militares quando em atuação parlamentar.

Outra constatação reside na taxa de sucesso quando se enxerga pelo prisma hierárquico institucional. Neste sentido verificamos que os oficiais obtiveram sucesso em 7,8% das proposições apresentadas e os praças 14,9% de sucesso. Não obstante esta relação entre estratos hierárquicos sendo proporcionalizada dado que, como já dissemos, o conjunto de parlamentares egressos corresponde a 21 deputados estaduais composto por 13 praças e por 8 oficiais, mesmo assim, proporcionalmente, os oficiais possuem uma taxa de sucesso de 10,5% e os praças de 12,3%.

Voltando com uma lupa na questão corporativa, dado que a taxa de sucesso dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares é de 22,7% como demonstramos, se olharmos apenas os interesses corporativos isoladamente pelo que se apresentou e pelo que se teve aprovado, então teríamos outras ponderações necessárias.

No tema Carreira foram apresentadas 07 proposições e nenhuma aprovada, portanto, sem sucesso neste tema; em Benefícios foram apresentadas 79 proposições e aprovadas 14, sucesso de 17,7% e em Infraestrutura foram apresentadas 38 proposições com a aprovação de apenas uma, sucesso de 2,6%, ou seja, em média, quando o centro da análise são os interesses corporativos, o sucesso representa 6,7% em média.

Pragmaticamente, 17,7% de sucesso em Benefícios não é de todo mau, é o terceiro tema de maior percentual de sucesso como demonstramos, de fato. Todavia, a partir do modelo de enquadramento e qualificação de interesse corporativos pela natureza de sua vinculação, identificamos que das 14 proposições aprovadas dos parlamentares no tema Benefícios apenas 05 delas eram diretamente ligadas aos interesses corporativos, as outras 09 proposições que pretendiam benefícios de alguma espécie aos policiais militares estaduais, na realidade foram fruto de “carona” em proposições não diretamente vinculadas.

Neste sentido, um primeiro passo talvez nos impulse a ponderar o quanto as instituições ou seus membros poderiam constranger um parlamentar egresso em relação aos seus interesses, poderíamos pensar aqui na efetividade do lobby das polícias militares, a efetividade da ação de grupos de interesse ou pressão sobre tais parlamentares.

Neste ponto Manoel Leonardo dos Santos (2012) em estudo sobre o lobby da indústria e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados, dentro de uma análise empírica de votações em três modelagens (governo vs CNI; oposição vs CNI; e governo vs CNI ou oposição vs CNI) ao se perguntar se o lobby afetaria os deputados ligados ao setor produtivo de maneira diferenciada, a resposta foi sim.

O lobby afetou mais aos deputados ligados à indústria do que aos demais deputados. Em termos substantivos, a probabilidade de o deputado não empresário votar indisciplinado foi de 29,4%, enquanto a probabilidade para deputados com alguma ligação com o setor produtivo foi bem parecida, qual seja, 26,9%. Contudo, quando se fala de deputados cuja atividade econômica é (ou foi) especificamente a atividade industrial, a probabilidade aumentou significativamente. Para esses deputados industriais, a razão de chance quase três vezes maior que se ele fosse não industrial. Em termos substantivos, isso significa que a probabilidade de o lobby fazer efeito sobre esses deputados foi muito mais efetiva do que sobre os demais (SANTOS, 2012, p. 34).

Não obstante a resposta de Santos (2012) à pergunta que se fez, assenta em raciocínio seguinte que ainda que os modelos analisados tenham levado a crer que o lobby tem efeito, funcionaria muito mais como mecanismo de reforço do que propriamente como capaz de exercer uma influência decisiva com vistas à mudança do comportamento do parlamentar no Plenário.

Embora o lobby possa ter alguma capacidade explicativa para a indisciplina do parlamentar, se rivaliza com o posicionamento ideológico prévio do deputado, bem como, com a sua filiação partidária. Desta forma, fatores para além do lobby seriam importantes e concorrentes na explicação do comportamento parlamentar no caso específico (SANTOS, 2012, p. 34). Neste sentido talvez a experiência profissional anterior à entrada no parlamento e a própria experiência política possam servir como fatores concorrentes para explicar as proposições legislativas corporativamente interessadas dos parlamentares em análise, como veremos.

5.3 A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Admitido então a experiência profissional anterior à entrada no parlamento e a própria experiência política como fatores concorrentes para explicar as proposições legislativas corporativamente interessadas dos parlamentares em análise, inicialmente, poderíamos verificar como as faixas de experiência profissional se manifestam na produção legislativa de forma geral.

Todavia, para esta análise também se faz indispensável observar os números de deputados em cada faixa de experiência profissional, evitando desta forma, dados com interpretações distorcidas quando não consideradas as proporções de deputados estaduais por faixas. Portanto, devemos explicitar o número de deputados estaduais em cada faixa de experiência profissional antes de relacionarmos com as proposições legislativas, como o descrevemos no quadro abaixo:

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PELAS FAIXAS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PELO NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS

Faixas de experiência profissional	Quantidade de deputados
Baixa	1 deputado
Média	10 deputados
Alta	10 deputados

Fonte: Elaboração própria - 2019.

Muito bem, primeiramente, tomamos as quantidades originais da distribuição dos temas e as proporcionalizamos pelo número de deputados em cada faixa de experiência profissional, em seguida, estas proporções obtidas foram convertidas em percentuais representativos individuais de cada tema pelas faixas de experiência. Os índices de experiência profissional foram obtidos, portanto, pela relação proporcional de deputados por faixa de experiência com o percentual representativo proporcional de cada tema, conforme a Tabela 12 a seguir:

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, PROPORCIONAL AO NÚMERO DE DEPUTADOS EM CADA FAIXA DE EXPERIÊNCIA COM ÍNDICE.

Temas	Exp. profissional baixa	Exp. profissional média	Exp. profissional alta
Carreira	0,00	0,57	0,43
Benefícios	0,35	0,29	0,37
Infraestrutura	0,00	0,53	0,47
Social	0,16	0,52	0,31
Segurança Pública	0,24	0,48	0,28
Domínio Econômico	0,00	0,49	0,51
Homenagens	0,08	0,43	0,49
Administração Pública	0,10	0,50	0,40
Outros Temas	0,39	0,43	0,19
Índice de experiência	1,32	4,24	3,44

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Da Tabela 12 podemos perceber que em termos de volume a experiência profissional média é a que mais se destaca e se destaca em quase todas as temáticas, exceção dos temas Benefícios, Domínio Econômico e Homenagens onde os maiores números pertencem à experiência profissional alta.

De forma geral a experiência profissional alta ocupa a posição intermediária e a experiência profissional baixa exerce a menor influência. Destaca-se também a ausência propositiva nos temas de Carreira, Infraestrutura e Domínio Econômico quando a experiência profissional é baixa. Nos temas corporativos vistos em conjunto, a lógica é de maior incidência quando a experiência profissional é média, como também na área de expertise dos deputados, segurança pública, seguindo o comportamento geral das proposições.

Para agora estabelecermos relações das temáticas com a experiência política, repetimos o processo utilizado, portanto, em primeiro temos o número de deputados em cada faixa de experiência, como se vê no Quadro 5 que segue:

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PELAS FAIXAS DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA PELO NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS

Faixas de experiência profissional	Quantidade de deputados
Baixa	3 deputados
Média	7 deputados
Alta	11 deputados

Fonte: Elaboração própria - 2019.

Estabelecida a distribuição necessária dos deputados por suas faixas de experiência política e tomando a distribuição por temáticas temos os dados postos na Tabela 13 abaixo:

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA POLÍTICA, PROPORCIONAL AO NÚMERO DE DEPUTADOS EM CADA FAIXA DE EXPERIÊNCIA

Temas	Exp. política baixa	Exp. política média	Exp. política alta
Carreira	0,52	0,34	0,14
Benefícios	0,41	0,19	0,40
Infraestrutura	0,38	0,21	0,41
Social	0,26	0,18	0,56
Segurança Pública	0,22	0,36	0,42
Domínio Econômico	0,16	0,34	0,51
Homenagens	0,31	0,25	0,44
Administração Pública	0,19	0,25	0,56
Outros Temas	0,26	0,27	0,47
Índice de experiência	2,72	2,38	3,90

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Aqui, na experiência política, não há ausências de proposições em qualquer tema que o seja. Todavia, agora a posição de menor volume propositivo se encontra na experiência política média e maior na alta experiência política, com o volume intermediário na baixa experiência. No que se refere às temáticas corporativas, o maior volume de proposições se dá na experiência política baixa e o menor volume na experiência média.

Interessante notar na experiência política, ainda não seja linear e crescente em todas as temáticas quanto ao volume propositivo, alguns temas técnicos (Administração Pública, Domínio Econômico e Segurança Pública) crescem na medida em que cresce a experiência, o que poderia indicar a aquisição de competências em temas mais complexos, algo que não se observa na experiência profissional se olharmos os mesmo temas.

O leitor atento pode constatar que nas análises imediatamente anteriores não falamos de interesses corporativos mas sim de temas corporativos e o motivo é simples. Anunciamos no capítulo metodológico da percepção que tivemos que os interesses corporativos teriam de ser calibrados por sua vinculação, pois, determinadas proposições poderiam surgir atendendo a estes interesses sem que fossem exclusivamente propostas em favor deles e disso trataremos na seção final em seguida.

5.4 OS INTERESSES CORPORATIVOS NOS TEMAS

O que queremos dizer nesta seção final é que temas corporativos de fato refletem interesses corporativos, mas, os interesses corporativos podem estar para além dos seus temas. Portanto é necessário em primeiro dizer de como os temas se relacionam com a vinculação de interesses: se desvinculados, indiretamente vinculados ou diretamente vinculados (exclusivamente vinculados). A Tabela 14 que segue, do ponto de vista das frequências, nos permite observar como a vinculação de interesses se manifesta em relação ao conjunto das proposições legislativas:

TABELA 14 - FREQUÊNCIA DE TEMAS NO CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM RELAÇÃO À VINCULAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS

Temas	Direta	Indireta	Desvinculada	Total
Carreira	7	0	0	7
Benefícios	36	43	0	79
Infraestrutura	38	0	0	38
Social	1	4	151	156
Segurança Pública	2	20	74	96
Domínio Econômico	0	2	105	107
Homenagens	28	8	210	246
Administração Pública	4	25	145	174
Outros Temas	1	5	163	169
Total	117	105	850	1072

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

Um primeiro olhar sobre a Tabela 14 acima podemos facilmente constatar a soberania de proposições legislativas desvinculadas dos interesses corporativos, 79% do total (850 proposições). Constatamos também que as proposições indiretamente vinculadas (não exclusivas) representam 10% do conjunto e as diretamente vinculadas (exclusivas) em 11%.

Por um olhar mais atento poderíamos constatar que para além de obviedades, há curiosidades. As obviedades por certo residem na categoria *desvinculada* em relação aos três primeiros temas (temas de interesses corporativos) até pelo desenho que demos nos limites das categorias de vinculação. Ainda que não óbvio, mas, coerente com o que dissemos anteriormente sobre interesses corporativos estarem para além dos temas corporativos, os temas Domínio Econômico, Homenagens e Administração Pública, ainda que não surpreendam corresponder à interesses direta ou indiretamente vinculados dado a natureza pública das polícias militares e seus membros, aparecem.

De outro lado, a curiosidade que ratifica nossa percepção está na presença de vinculação direta de interesses no tema Social e Segurança Pública. É preciso esclarecer como políticas públicas em tese de alcance geral na sociedade, poderiam estar reservadas exclusivamente para uma única classe profissional.

Assim, esclarecendo, o tema Social em única presença de vinculação direta aos interesses corporativos se refere a Projeto de Lei do ano de 2016, de autoria de deputado estadual egresso da polícia militar do estado de Minas Gerais (soldado) que, em resumo, “altera a Lei 20010, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais”. Cria, entre outras modificações, o acesso preferencial de netos de polícias militares ao colégio da polícia militar do estado, ou seja, no campo social que abarca a educação, propõe-se uma legislação com caráter vinculado diretamente ao interesses dos membros da polícia militar mineira.

Da mesma forma, no tema Segurança Pública identificamos duas presenças de interesses corporativos diretamente vinculados. Um deles, Projeto de Lei do ano de 2016, de autoria de um deputado estadual egresso da polícia militar do estado de São Paulo (coronel), “cria o subtítulo “policídio¹¹” nos registros de ocorrência da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de São Paulo”. Registros públicos e oficiais portanto, que servem entre outras ferramentas para guiar políticas de segurança pública.

O outro caso no tema Segurança Pública trata-se do Projeto de Lei do ano de 2015, de autoria de deputado estadual egresso da polícia militar do estado do Pernambuco (soldado) que “dispõe sobre a proibição da realização de escoltas de

¹¹ Segundo a ementa do Projeto de Lei nº 097/2016 do Estado de São Paulo define-se, para efeitos de registro, “policídio” como o homicídio praticado contra alguém em função de sua profissão policial.

presos do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco por Policiais Militares do Estado e dá outras providências”. Da mesma forma como o tema Social anterior, ambos os casos vinculam interesses diretos da instituição ou de seus membros em ramo de política pública que se suporia dever ser de alcance geral.

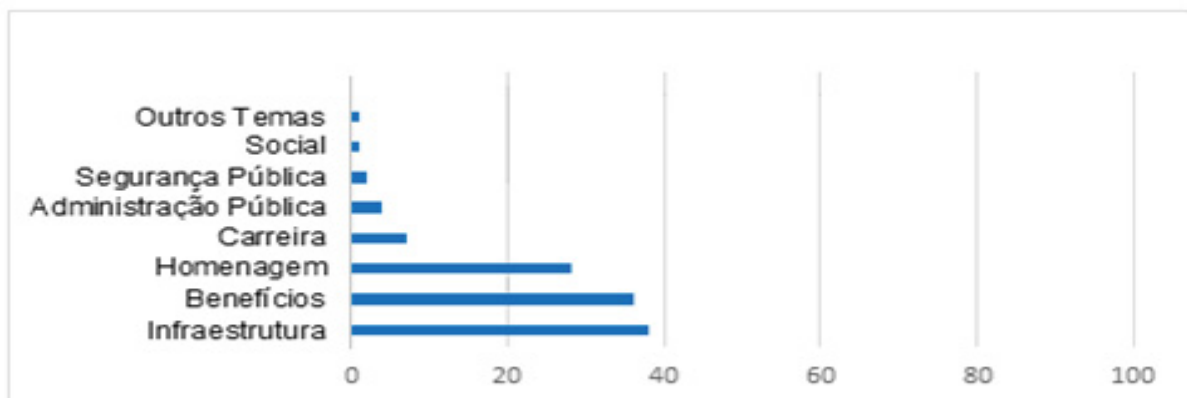
Do que delineamos acima e como relatamos anteriormente, a vinculação direta de interesses apareceu para além dos temas corporativos, sendo correto afirmar que ela não se restringe aos 81 casos computados para temas corporativos, há outras 36 ocorrências diretamente vinculadas em temas diversos dos corporativos.

Fica claro que quando se trata de interesses corporativos a preferência é propor em temáticas próprias, mas, os interesses são atendidos por via de outras temáticas também, nos restando, por consequência lógica, olhar atentamente para as 117 proposições diretamente vinculadas que não atendem outro limite se não a exclusividade dos interesses corporativos.

5.5 INTERESSES CORPORATIVOS EXCLUSIVOS E EXPERIÊNCIAS

A partir deste ponto então, analisaremos com o olhar fixo nas proposições diretamente vinculadas no sentido de relacioná-las com as experiências profissional e política. Primeiramente, no Gráfico 5 abaixo, temos uma visão geral da vinculação direta e sua distribuição pelos temas:

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DOS TEMAS POR PROPOSIÇÕES DIRETAMENTE VINCULADAS AOS INTERESSES CORPORATIVOS.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

O Gráfico 5 nos revela que os interesses corporativos diretamente vinculados estão contemplados em: a) Infraestrutura com 38 ocorrências; b) Benefícios 36; c)

Homenagens 28; d) Carreira 07; e) Administração Pública 4; f) Segurança Pública 2; g) Social com uma ocorrência e Outros Temas também com uma ocorrência.

Agora, com foco de estabelecer as relações de interesses diretamente vinculados exclusivos às corporações das polícias militares ou de seus membros e relacioná-las com a experiência profissional e com a experiência política, é necessário que utilizemos a mesma mecânica proporcional quando analisamos os temas de forma geral. Todavia, no conjunto de dados de vinculação direta observamos alguns pontos de alavanca¹². Estes pontos foram analisados do que concluímos que apesar de serem baixos, interferiam na análise geral dos dados, portanto, foram retirados para evitar distorções. Assim, inicialmente tomando a experiência profissional proporcionalizada ao número de deputados presentes em cada um de seus níveis com os percentuais de temas com vinculação direta temos a Tabela 15:

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS INTERESSES DIRETAMENTE VINCULADOS PRESENTES NAS TEMÁTICAS POR FAIXA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Temas	Exp. profissional baixa	Exp. profissional média	Exp. profissional alta
Carreira	0,00	0,57	0,43
Benefícios	0,00	0,39	0,61
Infraestrutura	0,00	0,53	0,47
Social	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00
Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00
Homenagens	0,27	0,19	0,54
Administração Pública	0,00	0,50	0,50
Outros Temas	0,00	0,00	0,00
Índice de experiência	0,27	2,18	2,55

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

A Tabela 15 nos apresenta as proposições legislativas diretamente vinculadas aos interesse corporativos tendem a crescer conforme a experiência profissional

¹² O valor extremo ou valor atípico (outlier) é uma observação com "alto" resíduo. Neste caso, temos uma observação cuja variável dependente é inesperada dado o valor da variável explicativa. Por outro lado, dizemos que uma observação é um ponto de alavanca se a variável explicativa é extrema. Quando temos apenas uma variável explicativa, um valor extremo significa um valor baixo e/ou alto para a variável explicativa. Os valores extremos e os pontos de alavanca tem potencial para serem influentes, mas temos que investigar para avaliar o quanto eles são influentes. Se um valor extremo for influente, ele interfere sobre a análise (a inclusão ou não do ponto modifica substancialmente os valores ajustados).

também cresce. Vejamos agora como estes interesses diretamente vinculados se relacionam com a experiência política, conforme Tabela 16:

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS INTERESSES DIRETAMENTE VINCULADOS PRESENTES NAS TEMÁTICAS POR FAIXA DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Temas	Exp. política baixa	Exp. política média	Exp. política alta
Carreira	0,52	0,34	0,14
Benefícios	0,54	0,21	0,25
Infraestrutura	0,38	0,21	0,41
Social	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,70	0,30	0,00
Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00
Homenagens	0,36	0,52	0,12
Administração Pública	0,55	0,00	0,45
Outros Temas	0,00	0,00	0,00
Índice de experiência	3,05	1,58	1,37

Fonte: Elaboração própria a partir de IBM/SPSS e Microsoft Excel - 2019.

A tabela, por seu turno, nos revela que proposições legislativas diretamente vinculadas aos interesse corporativos tendem a diminuir conforme a experiência política cresce. Confrontados os dados das tabelas 15 e 16 podemos observar que quando se trata de proposições diretamente vinculadas aos interesses corporativos a melhor relação se dá com experiência política baixa e experiência profissional alta. De outro lado, a pior relação aos interesses corporativos se dá na relação com experiência política alta e experiência profissional baixa.

Teoricamente poderíamos encontrar na literatura que já exploramos explicações para este afastamento dos deputados como: o papel do lobby; as limitações do desenho institucional; parioquialismo, distributivismo; etc. Da mesma maneira, a racionalidade dos parlamentares dentro da perspectiva institucionalista de escolha racional poderia explicar seja pelas regras formais do jogo ou seja pela prioridade em reeleição. Todas elas guardam alguma verdade explicativa ao que pesquisamos ainda que inúmeras outras relações para além das proposições legislativas pudessem ser invocadas para análise.

Sociologicamente, de forma mais subjetiva, a concepção dos campos de Bourdieu (2003) põem estes parlamentares como agentes políticos antes de tudo atuando em um campo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo onde buscam manter ou alcançar determinadas posições. Posições essas

obtidas pela disputa de capitais específicos valorizados de acordo com as características do campo.

De toda sorte, sem pretensões generalizantes, nos parece lúcido pensar, nos limites desta pesquisa, que o comportamento dos deputados estaduais egressos da polícias militares em relação ao seu afastamento propositivo em iniciativas diretamente vinculadas aos interesses corporativos se dá pela profissionalização política, cabendo a reflexão de que mesmo a socialização primária deles se dar em instituições análogas às instituições totais, acaba por não resistir frente a uma nova socialização no mundo da política.

6 CONCLUSÕES

A primeira conclusão de que se impõem nesta pesquisa de maneira sóbria e inafastável e, em homenagem à necessária e saudável honestidade intelectual, é de que ela tem limites. Ao optarmos por um estrato profissional específico, em um tema de baixa produção científica e sobre um recorte temporal restrito, não poderíamos ter pretensões generalizantes. De mesma maneira, ainda que a unidade de observação seja considerável, a unidade de análise é pequena, assim, limitamos testes estatísticos mais robustos e direcionamos para nas análises quantitativas para o uso de frequências, basicamente.

De outro lado, se a pesquisa guarda limites também tem méritos (e riscos) dado o ineditismo em se observar o que ainda não foi observado, ou seja, a produção legislativa dos deputados estaduais egressos das polícias militares no Brasil, ainda que as análises tenham revelado que em muitos aspectos se assemelhem ao que já foi traduzido na literatura para parlamentares federais ou estaduais em geral.

De qualquer sorte, ao nosso juízo, a incursão quase exploratória nos permitiu revelar dados interessantes. Primeiramente pudemos estabelecer um perfil dos deputados estaduais egressos das polícias militares onde entre outros achados estabelecemos a dominância absoluta do gênero masculino, na maioria casados e cristãos com idade média de 53 anos.

Pudemos também explicitar que 76,1% dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares em termos de educação se situam do curso superior incompleto a pós-graduação; que a maioria deles possui entre média e alta experiência profissional; que em termos de experiência política se constituem na maioria em políticos experientes ou muito experientes, bem como, revelamos que o cargo de deputado estadual é a porta de entrada preferencial para estes parlamentares no mundo da política.

Revelamos que a atividade policial militar se constitui de fato em um recurso social instrumentalizável politicamente na medida em que não abandonam o nome social adquirido na profissão policial militar traduzido nos seus postos ou graduações mesmo que se encontrem longe no tempo de suas origens profissionais primárias.

No mesmo sentido do recurso social, revelamos que a maioria deles estava no serviço ativo quando foram eleitos pela primeira vez ou até um ano distantes em relação ao momento que passaram para a inatividade no serviço policial militar.

Revelamos a presença de um determinado sindicalismo policial militar como favorecedor da carreira política na medida em que a maioria desses parlamentares tinham atividade representativa de classe quando foram eleitos pela primeira vez. Não menos importante, determinamos que a taxa de migração partidária entre eles, em 28,4%, é menor do que a literatura já identificou como média para parlamentares federais.

Quando na pesquisa nos dedicamos a interpretar os dados obtidos pelo conjunto das proposições legislativas pudemos verificar que o tema Homenagens corresponde à 22,9% de todas as proposições, o maior percentual de um tema específico seguido pelo tema da Administração Pública com 16,2%, Outros Temas 15,7%, tema Social com 14,5% e o tema Domínio Econômico com 9,9% das proposições.

Abaixo de uma centena de casos verificamos que o tema Segurança Pública, área de expertise dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares, representou 8,9% das proposições e, com os menores percentuais detectamos os temas de interesse corporativo: Benefícios com 7,3%; Infraestrutura com 3,5% e Carreira com 0,6%, mas, que somados enquanto um conjunto temático de interesses corporativos representaria 11,4%, na frente de Domínio Econômico e de Segurança Pública.

Do ponto de vista ideológico e partidário nos surpreendemos ao constatar que um partido de centro-esquerda, o PDT, cumulou proporcionalmente em relação a distribuição de parlamentares no espectro ideológico-partidário, o maior percentual propositivo, 36,1% do total. Ainda surpresos quando consideramos o campo ideológico da esquerda, pudemos verificar que os deputados nela inscritos são absolutamente mais produtivos de forma geral em relação a um antagonismo de direita, mesmo em tema supostamente a esta última mais vinculado.

Sobre o ciclo legislativo no recorte temporal proposto pudemos verificar que o percentual propositivo tendeu a diminuir com a passagem do tempo estabelecendo dois extremos: um de maior volume propositivo no primeiro ano da legislatura e outro de menor volume propositivo no seu último ano, conforme a literatura também já apontou, todavia, os interesses corporativos permeiam toda a legislatura em algum grau.

Ao verificarmos a taxa de sucesso dos parlamentares estaduais egressos das polícias militares pudemos concluir que em geral corresponde a 22,7%, menor que a

média detectada pela literatura para parlamentares estaduais em geral que fica na casa de 43%.

Do ponto de vista da experiência profissional anterior e da experiência parlamentar em relação aos interesses corporativos diretamente vinculados, verificamos que operam em sentido oposto, ou seja, conforme cresce a experiência política os parlamentares se afastam dos interesses corporativos e operando a experiência profissional no sentido contrário.

Não obstante termos revelado a natureza das proposições legislativas dos parlamentares em estudo e as relações com a experiência profissional anterior e com a experiência política, fica claro que para além das variadas faces desta natureza, do tempo e dos índices de experiências, os interesses corporativos se fizeram presente e forma significativa para além de suas próprias temáticas. Isto dito de outra forma poderia ser lido como os laços que ligam estes parlamentares policiais militares com suas bases eleitorais profissionais ainda que possam enfraquecer-se com o tempo, não sucumbem, antes, resistem.

Ainda sobre a significância e se nos abstermos das proposições no tema Homenagens (246 proposições) que não importam em políticas públicas, o conjunto de proposições então seria então de 826. Ora, neste sentido as temáticas corporativas somadas que representam 124 proposições conformariam um percentual de 15% do total. Do mesmo modo, abstraindo-se das temáticas em particular e olhando apenas para os interesses corporativos diretamente vinculados que somam 117 proposições, passaríamos a ter que 14,2% de tudo que foi proposto com sentido de política pública tem vinculação direta com estes interesses, evidentemente significativo.

Neste contexto nos parece que a carência de estudos sobre militares e policiais na atuação parlamentar toma dimensões mais emergenciais. O cenário contemporâneo materializou uma tendência já detectada há algum tempo: o crescimento de setores profissionais ligados ao discurso da segurança pública nas disputas eleitorais. Esta tendência foi além do que poderia se esperar, pois, da competição eleitoral chegou-se ao sucesso eleitoral significativo ancorado, em parte, em um discurso radicalizado.

Na realidade contingente, não só os legislativos, mas os executivos municipais, estaduais e até mesmo federal passam a ser povoados por indivíduos oriundos dos segmentos militar e policial. São hoje inúmeros policiais militares, militares e policiais distribuídos entre prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais,

senadores, um governador, um vice-governador, diversos ministros de estado, o Vice-Presidente da república e o próprio Presidente da República.

Assim, entender este momento da democracia brasileira nos parece urgente à Ciência Política nacional. Aprofundar os estudos sobre militares e policiais em crescente presença nos parlamentos propõem um esforço, entre tantos outros possíveis, de melhor compreender o fenômeno, seus desdobramentos e suas eventuais consequências para a democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, Manoel. A Profissionalização da política. Disponível em: [\[http://www.cpop.ufpr.br/publicacoes-cpop/a-profissionalizacao-da-politica/\]](http://www.cpop.ufpr.br/publicacoes-cpop/a-profissionalizacao-da-politica/). Acesso em: 23 set. 2019.

AMORIM, Otávio; SANTOS, Fabiano. (2003). O Segredo Ineficiente Revisto: O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 4, pg. 661 a 698. [\[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400002&script=sci_abstract&lng=pt\]](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400002&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 26 jun. 2019.

ANJOS, Angelina. Desmilitarização das PMs, tarefa democrática pendente. Disponível em: [\[http://www.neppos.unb.br/publicacoes/AngelinaAnjos-DesmilitarizaodaPM.pdf\]](http://www.neppos.unb.br/publicacoes/AngelinaAnjos-DesmilitarizaodaPM.pdf). Acesso em: 19 abr. 2015.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. As eleições bicamerais e o perfil dos parlamentares no Congresso Nacional: candidatos eleitos e não eleitos da 52ª legislatura. Teoria e Pesquisa, Revista de Ciência Política, São Carlos, vol. 22, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2013

BARBOSA, Kátia Borges; SANTOS; Fabiele Almeida. Direitos humanos e segurança pública no Brasil: caminhos que se cruzam. Disponível em: [\[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/direitos_humanos_e_seguranca_publica_no_brasil.pdf\]](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/direitos_humanos_e_seguranca_publica_no_brasil.pdf). Acesso em: 24 ago. 2015.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. A construção social da realidade. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BERLATO, Fábria; CODATO, Adriano. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. Disponível em: [\[http://www.academia.edu/9974362/BERLATTO C3%A1bria CODATO Adriano. Ca ndidatos policiais na polC3%ADtica nacional uma aC3%A1lise dos aspirantes a deputado federal\]](http://www.academia.edu/9974362/BERLATTO_C3%A1bria_CODATO_Adriano_Ca ndidatos_policiais_na_polC3%ADtica_nacional_uma_aC3%A1lise_dos_aspirantes_a_deputado_federal). Acesso em: 10 abr. 2015.

BERLATO, Fábria; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300077&lng=en&nrm=iso&lng=pt\]](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300077&lng=en&nrm=iso&lng=pt). Acesso em: 10 jun. 2018.

BLASIUS, Luciano. A resiliência na formação do policial Disponível em: [\[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M08_blasius.pdf\]](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M08_blasius.pdf). Acesso em: 24 ago. 2015.

BOLOGNESI, Bruno; MEDEIROS, Pedro de. Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010). Disponível em: [\[http://biblioteca.versila.com/51468828\]](http://biblioteca.versila.com/51468828). Acesso em: 15 abr. 2016.

BORGES, Arleth Santos. Papel do poder legislativo na produção de políticas públicas no Maranhão. Disponível em: [\[joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Arleth_santos148.pdf\]](http://joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Arleth_santos148.pdf). Acesso em: 07 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL, Senado República Federativa. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [\[http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/502938\]](http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/502938). Acesso em: 24 ago. 2015.

CASTRO, Mônica M. M.; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 4, 2009, pp. 961 a 1001. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-582009000400005&script=abstract&lng=pt\]](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-582009000400005&script=abstract&lng=pt). Acesso em: 26 jun. 2019.

CERVI, Emerson. A evolução das bancadas de direita no Brasil: uma análise da Câmara dos Deputados (1945-2014). Disponível em: [\[http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observat%C3%B3rio-v.-1-n.-11.pdf\]](http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observat%C3%B3rio-v.-1-n.-11.pdf). Acesso em: 18 out. 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 159-177, fev. 2009. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000100010&script=sci_abstract&lng=pt\]](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000100010&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 06 jun. 2019.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz D.; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações previas à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. Disponível em: [\[http://www.cesop.unicamp.br/site/hm/apre.php\]](http://www.cesop.unicamp.br/site/hm/apre.php). Acesso em: 19 abr. 2015.

COX, G. e McCUBBINS, M. D. Legislative Leviatan: Party Government in the House. Berkeley: University of California Press, 1993.

COX, G. e MORGENSTERN, S. (2002). "Epilogue: Latin America's Reactive Assemblies and Proactive Presidents", In: MORGENSTERN, S. and NACIF, B. (orgs.), Legislative Politics in Latin America. Cambridge, Cambridge University Press.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.

_____. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: USP, 2004.

ENCARCERAMENTO, Mapa. Disponível em: [\[http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf\]](http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf). Acesso em: 07 jan. 2016.

FERREIRA, Débora Costa; MENEGUIN, Fernando Boarato; BUGARIN, Maurício Soares. Atuação do poder legislativo estadual: análise dos incentivos dos deputados estaduais na atividade legislativa. *Revista Estudos Institucionais*, v. 4, n. 2, p. 700-724, 2018. Disponível em: [\[https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/275\]](https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/275). Acesso em: 03 ago. 2019.

FERREIRA, Diogo Tavares de M.; MORAES, Luiz Fernando. Parlamento estadual enquanto ator político: breve análise da relação executivo-legislativo na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná (2011-2014). *Revista do Legislativo Paranaense*, Curitiba, n. 2, Ago./2018, p. 43-60. Disponível em: [\[http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/27\]](http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/27). Acesso em: 28 jul. 2019.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Prefácio. In: SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. (2002). Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000200005&script=sci_abstract&tlng=pt\]](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 07 jul. 2019.

FIGUEIREDO, I. S.; NEME, C. (Orgs.). *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

FREITAS, Andréa. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a04.pdf\]](http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a04.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

FREY, Klaus. *Capital social, comunidade e democracia*. Disponível em: [\[https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/4958/4317\]](https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/4958/4317). Acesso em: 19 Abr. 2015.

GADDIE, Ronald K. *Born to Run: Origins of the political carrer*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da. *Independência ou irrelevância? Produção legislativa e vetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (1983-2010)*. Disponível em: [\[http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Luis-Felipe-ra%C3%A7a.pdf\]](http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Luis-Felipe-ra%C3%A7a.pdf). Acesso em 07 jul. 2019.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SANTOS, Fabiano. *Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [\[http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/27/0\]](http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/27/0). Acesso em 07 jul. 2019.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 233 p.

_____. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974 (col. Debates Psicologia, v. 91).

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social, 2012. Disponível em: [\[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186\]](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6186) Acesso em: 08 Jan. 2016.

KREHBIEL, K. Information and Legislative Organization. Yale: Yale University Press, 1991.

LIMA, Albany Ferreira; JÚNIOR, José A. da Silva; PARANHOS, Ranulfo; MORAIS, Leonardo Rodrigues de. A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da câmara dos deputados. Disponível em: [\[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36622/carreira_desviante_lima.pdf?sequence=1\]](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36622/carreira_desviante_lima.pdf?sequence=1). Acesso em: 24 set. 2019.

LIMA, Eduardo Martins de. O “ultrapresidencialismo estadual” no contexto das relações entre executivo e legislativo em Minas Gerais. Disponível em: [\[publicadireito.com.br/conpedi/manuel/arquivos/anais/XIVCongresso/085.pdf\]](http://publicadireito.com.br/conpedi/manuel/arquivos/anais/XIVCongresso/085.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019.

LIMONGI, Fernando. Novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. Bib: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-100, 1994. Disponível em: [\[http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-37\]](http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-37). Acesso em: 07 jul. 2019.

MEANDRO, Paulo Rogério M.; SOUZA, Lídio. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. Disponível em: [\[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-9600100007&script=sci_arttext\]](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-9600100007&script=sci_arttext). Acesso em: 08 jan. 2016.

MELO, Fernando Schumak; TOMIO, Fabricio Ricardo de L. Cinquenta anos de produção legislativa paranaense: uma história de domínio, sucesso, honrarias e inutilidades públicas. Paraná Eleitoral v.7 n.1 p.9-31, 2018. Disponível em: [\[http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/revista-parana-eleitoral/revistas-1/arquivos/revista-no-9/tre-pr-parana-eleitoral-2018-volume-7-revista-1-artigo-1-fernando-schumak-melo-e-fabricio-ricardo-de-limas-tomio\]](http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/revista-parana-eleitoral/revistas-1/arquivos/revista-no-9/tre-pr-parana-eleitoral-2018-volume-7-revista-1-artigo-1-fernando-schumak-melo-e-fabricio-ricardo-de-limas-tomio). Acesso em: 26 jun. 2019.

NOLL, Maria Izabel; LEAL, Carine de Souza. A Política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). 6º Encontro da ABCP. Campinas, 2008.

OLIVEIRA, MAYLA DI M.FERREIRA. A política como profissão: uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007). Disponível em: [\[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122009-\]](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122009-)

[091931/publico/MAYLA DI MARTINO FERREIRA OLIVEIRA.pdf](#)]. Acesso em: 23 set. 2019.

PARANÁ, Assembleia Legislativa. Constituição do Estado do Paraná. Disponível em: [\[www.alep.pr.gov.br\]](#). Acesso em: 11 set. 2015.

PARANÁ, Polícia Militar. Histórico da PMPR. Disponível em: [\[http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3\]](#). Acesso em: 24 ago. 2015.

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior/Segunda Seção.

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior/Primeira Seção.

PARANHOS, Ranulfo. Conexões Inglórias: Responsividade e Produção Legislativa Subnacional no Brasil. Disponível em: [\[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24364/1/TESE%20Ranulfo%20Paranhos%20dos%20Santos%20Filho.pdf\]](#). Acesso em: 13 abr. 2019.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009.

PESSINE, Karina Melo; PRATTI, Luana Puppim. Padrão da organização parlamentar e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Espírito Santo: uma análise da dinâmica entre os poderes executivo e legislativo na 16ª legislatura (2007-2010). Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol.1 – n.5 – 2015. Disponível em: [\[http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/viewFile/64/60\]](#). Acesso em: em 14 jul. 2019.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. São Paulo: FGV, 2000.

RAINHA, Jamila Coco. A Participação dos parlamentares na produção legislativa: qualidade normativa e organização interna na Assembleia Legislativa Do Espírito Santo. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol.3– n. 1 – 2015. Disponível em: [\[http://periodicos.ufes.br/SCSUFES/article/view/8558\]](#). Acesso em: 28 jul. 2109

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. Disponível em: [\[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoAN_PUH.pdf\]](#). Acesso em: 24 ago. 2015.

RICCI, Paolo. O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais? Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2582003000400003&script=sci_abstract&lng=pt\]](#). Acesso em: 05 ago. 2019.

RICCI, Paolo; TOMIO, Fabricio L. O poder da caneta: a Medida Provisória no processo legislativo estadual. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 255-277. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200001]. Acesso em: 26 jun. 2019.

ROCHA, Alexandre Pereira. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Disponível em: [revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/206/134+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&q=BR]. Acesso em: 24 ago. 2015.

SALES, Leonardo. Um raio-x da atuação das assembleias legislativas. Disponível em: [<https://leosalesblog.wordpress.com/2017/10/30/um-raio-x-da-atuacaodasassembleias-legislativas/>]. Acesso em 10/11/2018

SANTOS, Bruno Arcas L. dos; DE PAULA, Júlio Cesar G.; ARAÚJO, Victor. As leis de declaração de utilidade pública na ALMG: do escopo normativo-institucional aos outputs políticos. *Revista Em Tese*, v. 15, n. 1 (parte II), p.189-222, mar./abr., 2018. Disponível em: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n1p189>]. Acesso em: 04 ago. 2019.

SANTOS, Robson. Interações, poder e instituições totais: a narrativa de Primo Levi e a microcrossociologia de Erving Goffman. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000300016&script=sci_arttext]. Acesso em: 24 ago. 2015.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes dos. (Org.) *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, Manoel Leonardo. *O parlamento sob influência: lobby e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputado do Brasil*. Disponível em: [<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/parlamento-sob-influencia-lobby-e-comportamento-parlamentar.pdf>]. Acesso em: 13 abr. 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Alan Castilho B. S. o papel do legislativo na definição da agenda governamental: análise da produção legislativa na Assembleia do Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_871b11ca708a33cf6f354002f8bebf63]. Acesso em: 14 jul. 2109.

SILVA, Afrânio O.; SANTOS, Caroline. *Capital social, capital humano e educação: o ensino da sociologia e a construção da cidadania*. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Nu_mero2/Artigos/Capital%20Social%20-%20Afranio%20e%20Caroline.pdf]. Acesso em: 20 abr. 2015.

SILVA, Agnaldo Jose. Praça velho: Um estudo sobre a socialização policial militar. Disponível em: [\[https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Agnaldo.pdf\]](https://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Agnaldo.pdf). Acesso em: 24 ago. 2015.

SILVA, Daniela Polvani; GARCIA, Ricardo Letizia. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: um diagnóstico da produção legislativa na área da segurança pública entre 2011 e 2014. Revista Temas de Administração Pública, v. 10, n. 1, 2015, p.7-22. Disponível em: [\[https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/7943/6468\]](https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/7943/6468). Acesso em: 28 jul. 2019.

SIMÕES, Jessica Kamille C. Universidade Federal do Espírito Santo. Conexão Eleitoral e Comportamento Parlamentar no Estado do Espírito Santo. Disponível em: [\[https://eventos.ufes.br/scs/SCS2016/paper/viewFile/1930/18\]](https://eventos.ufes.br/scs/SCS2016/paper/viewFile/1930/18). Acesso em: 16 jun. 2019.

SOUZA, Elias Ariel de. 2015. Policiais militares e eleições proporcionais no Paraná: análise sobre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal de 1998 a 2014. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v.2, n. 13, dezembro. p. 1-14. ISSN 2359-2826.

TESTON, Luci Maria. legislação em saúde: um estudo sobre a iniciativa de projetos de lei no Estado do Acre. Revista de Direito Sanitário, São Paulo v.16 n.1, p. 19-38, mar./jun. Disponível em: [\[2015. http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/100004\]](http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/100004). Acesso em: 03 ago. 2019.

TOMIO, Fabricio Ricardo de L. Iniciativas, cenários e decisões no processo legislativo estadual. Revista Estudos Legislativos, n. 5, 2011. Disponível em: [\[http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/68\]](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/68). Acesso em: 04 ago. 2019

TOMIO, Fabrício Ricardo L.; RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: Os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.21 n.41, p.193-217, fev. 2012. Disponível em: [\[https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31786\]](https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31786). Acesso em: 06 jun. 2019.

TOMIO, Fabrício Ricardo de L.; Paolo Ricci Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/Legislativo nos Estados (1951-2010). Cadernos da Escola do Legislativo – Volume 13 | Número 21 | jan./jun. 2012. Disponível em: [\[https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20086\]](https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20086). Acesso em: 26 jun. 2019.

VALLA, Wilson Odirley. O caráter militar das polícias militares. Disponível em: [\[http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/cultura/O.pdf\]](http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/cultura/O.pdf). Acesso em: 24 ago. 2015.

VEIGA, Luciana Fernandes; PERISSINOTTO Renato Monseff. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. Disponível em: [\[http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.5-2012_Veiga_e_Perissinotto.pdf\]](http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.5-2012_Veiga_e_Perissinotto.pdf). Acesso em: 24 set. 2019.

VIOLÊNCIA, Mapa. FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 07 jan. 2016.

WACQUANT, Loic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, M. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ANEXO**SURVEY**

- 1) Nome:
Idade:
Local de Nascimento:
Estado Civil:
Religião:
Nível de escolaridade:

- 2) Posto ou Graduação quando se afastou definitivamente da PM (entrou para a reserva), em que ano?

(identificar o ano de saída da instituição e a posição hierárquica ocupada)

- 3) Qual a última função exercida na PM, em que ano?

(verificar a última lotação ativa)

- 4) Tempo de Serviço na PM quando se afastou definitivamente (entrou para a reserva).

(identificar o tempo de serviço total prestado quando saiu da corporação)

- 5) A atual legislatura é a primeira a que foi eleito?

(carreira política, saber se a atual é a primeira legislatura)

- 6) Se a atual legislatura não é a primeira para qual foi eleito, para que cargo (s) foi eleito anteriormente e em que ano (s)?

(carreira política, se a atual não for a primeira legislatura, saber se foi eleito para outro cargo executivo ou legislativo anteriormente, ou se há reeleição ao atual, retirar aspectos de carreira política)

- 7) Disputou eleições(s) anterior (s) em que não foi eleito? Se sim, para que cargo(s)? Em que ano (s)?

(também sobre carreira política, verificar se concorreu anteriormente a cargo eletivo executivo ou legislativo)

8) Quando ainda na PM, ativo, foi disponibilizado para outra função (s) ou órgão(s) público? Se sim, nomine e, em que ano (s)?

(sobre carreira política ainda na ativa, saber se na ativa, ainda na PM, exerceu função pública diversa, em quantos cargos e em que período)

9) Durante o período ativo participou de alguma entidade (s) representativa (s) civil ou de classe? Se sim, nomine e, em que ano (s)?

(sobre carreira política ainda na ativa, se participou de alguma atividade de cunho político classista ou não e em que período)

10) Quando foi para a reserva, exerceu algum cargo (s) público (s) diferente de cargo eletivo? Em que ano (s)?

(sobre carreira política quando saiu da PM, se exerceu qualquer função pública e em que período)

11) Quando foi para a reserva, exerceu algum cargo/função/ atividade(s) privada remunerada (s)? Se sim, descreva e, em que ano (s)?

(sobre carreira política, se exerceu alguma atividade privada depois de sair da PM e em que período)

12) Quando foi para a reserva participou de alguma entidade (s) representativa (s) civil ou de classe? Se sim, nomine e, em que ano (s)?

(sobre carreira política, se depois de sair da PM desenvolveu alguma atividade política diferente do legislativo ou executivo, de natureza de classe ou não)

13) Após entrar para a reserva filiou-se a algum partido político? Se sim, qual (s)? Em que ano?

(dado que a filiação é proibida na ativa, verificar se ao sair da PM logo buscou um partido ou não)

14) Por qual partido foi eleito para a atual legislatura?

(verificar o partido de entrada na atual legislatura)

15) Na atual legislatura já migrou de partido? Se sim, para qual (s)?

(verificar se na atual legislatura houve migração partidária)

NOTAS: 1 . Na PM a passagem para a aposentadoria se denomina RESERVA.

2. De acordo com a lei eleitoral, o candidato PM ATIVO é impedido de filiação partidária anterior, devendo ser indicado no ato da Convenção. Se eleito e com menos de dez anos de serviço vai para RESERVA sem qualquer provento. Com mais de dez anos de serviço, se eleito, vai para a RESERVA com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

3. A pergunta 02 relacionada com as perguntas 09, 10, 11, e 12 permitirão estabelecer a primeira atividade ao sair da PM e a última atividade antes da atual legislatura.

4. A relação da pergunta 03 com a 08, permitirá dizer qual a última efetiva atividade anterior à saída da PM.

5. A relação entre 02, 03 e 04 permitirão dizer a última posição do objeto em relação a carreira policial antes da carreira política.

